



**FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA DE  
EXPECTATIVA ECONÔMICA\***

**LUIZ ROGÉRIO DE CAMARGOS\*\***

# FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA DE EXPECTATIVA ECONÔMICA\*

---

Luiz Rogério de Camargos\*\*

## RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é identificar bases plausíveis para uma teoria de formação de expectativa econômica. Argumentamos que a incorporação de expectativa em qualquer tratamento analítico, deve envolver, principalmente, fundamentos epistêmicos. Duas perspectivas de análise foram consideradas: a abordagem contextualista de Bhargava(1992) e a tese da modernidade reflexiva, desenvolvida por Anthony Giddens. Concluímos que a expectativa econômica resulta do processo de apropriação de conhecimento especializado, que é, em grande extensão, mediado através da mídia.\*\*\*

---

\* O presente texto corresponde à versão preliminar do primeiro capítulo, de uma série de três, da tese de doutorado que estou desenvolvendo na FGV-EESP, sob a orientação do prof. Marcos Fernandes Gonçalves da Silva. No capítulo II discuto um esquema teórico, que objetiva equacionar uma implicação direta da conclusão acima: como tratar esta proposição de formação de expectativa em modelos econômicos? O capítulo III adota uma perspectiva de caráter normativo, examinando o papel, influências (positivas ou negativas) e responsabilidades da mídia na formação de expectativas. Argumentamos que os meios de comunicação são uma dimensão importantíssima da Economia Política na época da modernidade reflexiva.

\*\* Doutorando na FGV-EESP, bolsista do CNPq (email: lrdecamargos@gmail.br).

\*\*\* Esta conclusão é uma hipótese explícita em Carroll (2001).

## PALAVRAS CHAVES

Probabilidade, incerteza, Keynes, expectativas racionais, individualismo metodológico, modernidade reflexiva.

## CLASSIFICAÇÃO JEL

B41, E12, E13.

## ABSTRACT

The main objective of this work is to identify plausible basis to explain how economic expectations are formed. We argue that the incorporation of expectations in any analytical framework mainly involves epistemic fundamentals. Using Bhargava's approach of contextualism and the thesis of reflexive modernity as discussed by Anthony Giddens, we concluded that economic expectations derive of the process of appropriation of expert knowledge, which is by and large mediated through the media.

## KEY WORDS

Probability, uncertainty, Keynes, rational expectations, methodological individualism, reflexive modernity.

Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP  
[www.fgvsp.br/economia](http://www.fgvsp.br/economia)

## Introdução

O sentido fundamental de "expectativa" não vai muito além de nosso sentimento de antecipar algum acontecimento futuro, mas pode trazer reflexões profundas. Quem ainda não indagou a si próprio ou a outrem: como eu deveria viver e como poderia descobrir? Nosso momento presente parece estar intimamente entrelaçado ao horizonte de expectativas que projetamos: um não existiria sem o outro e, embora não possamos determinar completamente nossas ações, somos compelidos a buscar disposições mentais para enfrentar nossa incessante atenção expectante. Este princípio, por assim dizer, constitutivo de nossa vida psíquica, implica que grande parte de nossos sentimentos e decisões envolve expectativas e, portanto, apreensões sobre o futuro. Nesta proposição geral, expectativas podem referir-se a nossos sentimentos mais íntimos, ao rumo de nossa carreira profissional ou a atividades cotidianas.

A indagação socrática, "o que é uma vida boa?", possivelmente sintetize a expectativa mais ambiciosa que alguém possa querer desvendar. Platão pensava que se poderia responder a esta questão direcionando ou, se necessário, redirecionando a conduta individual, através de uma compreensão eminentemente filosófica. Desde então, filósofos têm seguido seus passos, mesmo não sendo verdade que a filosofia possa razoavelmente responder a esta indagação (Williams, 1985: 4). Como observa o autor, esta questão, formulada de maneira impessoal, implica que alguma coisa geral pode ser dita a qualquer pessoa. No mito da caverna descrito em *A República*, Platão expõe sua visão de um universo racional e teleologicamente ordenado, onde tudo tem seu lugar e propósito. Seguindo a metáfora, Platão nos diz que as pessoas que vivem no interior de uma caverna não se dão conta disso, imaginando que as coisas são, na realidade, como as sombras que elas vêem projetadas nas paredes. Mas a razão pode nos libertar deste mundo de trevas e nos conduzir para fora da caverna, em que os objetos são vistos como realmente são.

No instigante livro *Happiness, death and the remainder of life*, Jonathan Lear (2000) busca mostrar, sob as perspectivas filosófica e psicanalítica, os problemas e tentações embutidos naquele mito. Ao longo de sua discussão, destacam-se três obras: *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, *A República*, de Platão e *Além do Princípio do Prazer*, de Freud. Para o autor, a

questão não é nossa falta de consciência e ilusão acerca das limitações de nossa existência - embora, sem dúvida, isto também seja um problema -, mas acreditarmos na distinção entre dentro da caverna e fora da caverna, isto é, pensarmos que existe um lugar fora da caverna. "Para Platão, lá 'fora' está o sol; para Aristóteles, a contemplação. Ambos querem dar um nome a este lugar, e o nome é o 'bem'. Ambos querem dar um nome ao que se alcançaria lá: a 'felicidade'" (ibid., 161). Queremos acreditar que existe um lugar externo à caverna: um lugar sem sofrimento, sem frustração, sem a tensão que a vida contém. Numa posição claramente favorável a Freud, embora Lear também critique certos conceitos freudianos, o autor nos diz que, sob "a perspectiva de *Além do Princípio do Prazer*, a metáfora da caverna nos dá uma falsa imagem da totalidade das possibilidades humanas. Dada a estrutura total da caverna, com suas fantasias e distorções, existe alguma força adicional de ruptura que quebra esta estrutura. Necessariamente, esta fonte de ruptura não pode ser entendida em termos de um desejo para o bem, não importando quão distorcido seja seu significado" (ibid., 160). Para Freud, a vida de cada pessoa revela-se estruturada por um conjunto singular de fantasias inconscientes, que está na mais estreita relação com o desejo; ademais, há pouco espaço no pensamento de Freud para classificar, moralmente falando, as inúmeras fantasias humanas. Lear sugere que precisamos encontrar uma maneira de viver sem um princípio, aceitando o fato de que somos incapazes de manter as coisas fixas, imunes a rupturas e mudanças. "Se a psicanálise nos ensinou alguma coisa, é que a riqueza das possibilidades humanas não pode estar contida em qualquer variante desta imagem [mito da caverna]. Para viver com a possibilidade humana, tem-se que tolerar um tipo peculiar de ansiedade teórica: a disposição de viver sem um princípio" (ibid., 164).

Lear é claro: é inútil querer abranger todas as possibilidades humanas, sob o risco de incorrermos em sistemas ou explanações teleológicos. Não existe o bem absoluto imaginado por filósofos, nem "a normalidade psíquica absoluta" (ibid., 128). Nas ciências sociais, da mesma forma, pesquisadores continuam a procurar e a construir candidatos a leis da ação humana. Ou até mesmo a assumir que tais leis existem, esperando sua descoberta. Na maioria dos modelos econômicos, a escolha do agente é representada por uma função de utilidade, que pressupõe a lei teórica da escolha racional. Diametralmente oposta a este apriorismo encontra-se a econometria, que é uma das principais vertentes atuais da abordagem empírica na ciência econômica. Nesta

perspectiva, "leis econômicas" são avaliadas exclusivamente a partir de dados e de testes estatísticos. Claude Hellinger (1996: 28) argumenta que essa metodologia não pode ser confundida com o falsificacionismo de Popper, pois a explicação de um fenômeno econômico é aceita ou rejeitada com base no teste estatístico. É muito pouco provável que existam leis de conduta humana, empíricas ou teóricas.<sup>1</sup> Estas observações provêm uma oportunidade para introduzirmos a discussão sobre expectativas, que faremos neste trabalho. Em primeiro lugar, não buscamos fundamentos para uma teoria geral de expectativas. Em segundo, expectativa econômica refere-se ao valor agregado de certas variáveis, que tenham interesse amplo. Uma coisa é minha expectativa de aumento salarial por mérito; outra é minha expectativa, quando observo o comportamento da inflação. Em terceiro, que é a proposição central deste capítulo, expectativa econômica é um conhecimento socialmente construído.

## 1 Expectativa na Análise Econômica

Os termos expectativa, incerteza e risco, são partes integrantes do vocabulário cotidiano dos economistas hoje em dia, abrangendo diferentes linhas de pensamento e as mais diversas áreas de aplicação. Na economia real, há indicadores e mais indicadores sobre medidas de risco e expectativas dos agentes. Contudo, não podemos falar em consenso sobre o significado destes termos na ciência econômica; ao contrário: o que observamos são confrontos de idéias, disputas entre interpretações sobre autores específicos e, ainda, silêncio sobre o sentido e abrangência dos conceitos que estão sendo utilizados. Face a estas constatações, iniciamos este capítulo identificando debates e acepções relevantes em torno dos termos aludidos acima. Reiterando, estamos interessados nos conceitos e não em suas implicações no desenvolvimento da teoria econômica. Embora haja ampla literatura sobre este tópico, decidimos fazer constar aqui um breve *survey*, com o propósito de torná-lo uma referência útil e prática ao longo das discussões deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Sobre a inexistência de leis empíricas da ação humana, ver Bhargava (1992); sobre inexistência de leis teóricas, ver Rosenberg (1980).

Em grande medida, como apontado por Lawson (1988), a literatura recente associa incerteza e expectativa a uma noção particular de probabilidade. Na tradição pós-keynesiana - e como um de seus expoentes - o autor argumenta que incerteza e probabilidade são centrais à análise econômica; ademais, o não reconhecimento de seus múltiplos significados pode levar a debates inócuos, razão mais que suficiente para justificar uma abordagem epistemológica à compreensão dos paralelos e contrastes entre as várias interpretações daqueles termos.

## 1.1 Probabilidade

Num estudo minucioso sobre a emergência da probabilidade, que surge com Pascal por volta de 1660, Hacking (1975) examina porque não há matemática conhecida sobre casualidade até a Renascença, embora jogos de azar sejam um dos mais antigos passatempos. Nesta época, segundo o autor, o significado dos termos "provável" e "probabilidade" eram atributos de opinião, em contraste com conhecimento, que somente poderia ser obtido pela demonstração. "Probabilidade" era associado com a *autoridade* de quem disse o que, não com a *evidência* sobre o que foi realmente dito ou apresentado. Assim, quanto mais representativa fosse a autoridade, tanto mais provável seria a opinião. O conceito de probabilidade moderna emergiu, de acordo com Hacking (ibid., 35), quando a opinião foi substituída pela evidência. Este conceito não existia até o final da Renascença: foi um produto das "ciências inferiores", tais como medicina e alquimia que, por sua natureza, não poderiam prover provas demonstrativas, recorrendo a "sinais", que foram posteriormente re-interpretados pela idéia da evidência indutiva das coisas.

A grosso modo, a *teoria clássica de probabilidade*, que vai de Pascal (1623-1662) a Laplace (1749-1827), compreende as características que se seguem<sup>2</sup>. Em primeiro lugar, probabilidade é definida como a razão entre alternativas favoráveis e alternativas equiprováveis, tendo, como principal justificativa teórica das últimas, o Princípio da Razão Não Suficiente: alternativas são sempre julgadas como equiprováveis se não temos nenhuma razão para esperar ou preferir alguma sobre outra. Embora este princípio seja adequado ao resultado do lançamento

---

<sup>2</sup> Mais detalhes em Hacking (1975), Weatherford (1982).

de um dado bem construído - paradigma da probabilidade clássica - sua aplicação foi generalizada, estendendo-se quer a dados viesados quanto a questões atuariais. Os teóricos clássicos eram deterministas e, sob esta perspectiva, eventos na natureza são conectados "numa cadeia causal, de maneira que cada um é determinado por aqueles que o precedem e, ajudando, por sua vez, fornecer Razões Suficientes para que os eventos prossigam" (Weatherford, 1982: 42). Neste sentido, probabilidade é medida de nossa ignorância. Mas não é uma questão de opinião, pois existem regras objetivas para gerar e combinar probabilidades. Finalmente, a teoria clássica de probabilidade é uma construção puramente teórica, não estando baseada na realidade da experiência. Embora seja uma questão controversa, o teorema de Bernoulli<sup>3</sup> não pode ser usado como um método para se estabelecer probabilidades a posteriori (ibid., 63).

O conceito de probabilidade, desde sua emergência, foi reconhecido como essencialmente dual pelos filósofos (Hacking, 1975:13). Por um lado, o aspecto epistêmico, onde probabilidades são crenças que os agentes mantêm sobre o mundo, ou seja, uma forma de conhecimento; por outro, probabilidades existem como parte da realidade externa, tendo existência objetiva, que é evidenciada por algum arranjo experimental ou natural. Na abordagem epistêmica, duas escolas de pensamento, hoje em dia, são dominantes: a primeira, denominada de *teoria lógica* ou *a priori de probabilidade*, cujo precursor é Keynes (1921), foi posteriormente adotada por Carnap e Koopman, entre outros; a segunda, *teoria subjetivista de probabilidade*, foi inicialmente desenvolvida por Ramsey (1926), de Finetti (1937) e, subseqüentemente, por Savage (1954). Na abordagem epistêmica, a principal corrente é *a teoria da frequência relativa de probabilidade*, cuja primeira sistematização teórica foi feita por Richard von Mises (1928).

Para Keynes, probabilidade é o grau de crença sobre uma relação lógica, construída a partir de um conjunto de proposições (conclusão) e, de outro, o conjunto de preposições (premissas). É também objetiva, e não subjetiva, "porque está envolvida com o grau de crença

---

<sup>3</sup>Também conhecido, hoje em dia, como lei fraca dos grandes números: num evento repetitivo, cuja probabilidade de ocorrência é  $p$ , cada sequência de  $N$  eventos independentes exibirá uma frequência de ocorrência  $f$  contida no intervalo  $p \pm e$  com probabilidade  $P$ . Para uma população  $N$ , o valor de  $P$  depende de  $e$ ; mas  $P$  também depende diretamente de  $N$ , e se aproximará de 1 à medida que cresce  $N$ .



que é racional manter sob certas condições dadas, e não meramente sob crenças correntes de indivíduos particulares que podem ou não serem racionais" (Keynes, 1973: 4). Keynes prefere escrever esta relação de probabilidade como  $p = a/h$ , porque "o valor do símbolo  $a/h$ , que representa o que é denominado, por outros autores, de 'probabilidade de  $a$ ', reside no fato de que ele contém referência explícita ao dado que relaciona a probabilidade à conclusão, evitando inúmeros erros que têm surgido da omissão desta referência" (ibid., 43). Quando surge uma nova evidência, ou seja, um novo conjunto de proposições (premissa)  $h_1$ , temos uma nova relação de probabilidade  $p' = a/hh_1$ : comparativamente a  $p$ ,  $p'$  pode ser maior, menor ou igual. Desta forma, a dimensão lógica atribuída à relação de probabilidade, implica afirmar que probabilidade não é uma propriedade intrínseca da realidade. Novos dados não provêm necessariamente um conhecimento adicional sobre a probabilidade passada, mas modificam este conhecimento.

Keynes propôs um critério adicional à comparação entre argumentos: além da magnitude da probabilidade, há que se considerar o peso do argumento,  $V$ , que é a medida da evidência (premissas) sobre a qual está baseada a conclusão. Quando uma nova evidência relevante é acrescentada (por exemplo,  $h_1$ ), o peso aumenta:  $V(a/hh_1) > V(a/h)$ . Entretanto, probabilidade e peso são conceitos independentes. No exemplo anterior, a probabilidade pode ter permanecido inalterada, aumentada ou diminuída.

A abordagem subjetivista interpreta a teoria matemática de probabilidade como o grau de crença numa hipótese ou evento, mantido por um indivíduo racional em algum ponto específico do tempo. Ramsey e de Finetti mostraram que, sob certas condições de racionalidade entre julgamentos comparativos dos agentes, o grau de crença pode ser representado por valores numéricos que satisfaçam aos axiomas de probabilidade (Weatherford, 1982: 220-21). A primeira condição requer que seja especificado como o grau de crença será medido ou obtido, e segue a orientação behaviorista: o grau de crença é identificado com a vontade de agir do indivíduo sobre alguma proposição. Em geral, o comportamento é examinado em situações de aposta. Em de Finetti, as apostas são feitas em dinheiro, enquanto em Ramsey (e posteriormente Savage), em termo de utilidade. Por exemplo: meu grau de crença no evento  $E$  é  $p$  se e somente se  $p$  unidades for o preço que eu estaria disposto a comprar ou vender uma aposta, que paga *uma* unidade quando ocorrer  $E$ , e zero, se não ocorrer. Adicionalmente, de Finetti pressupõe que para qualquer

E, existe exatamente tal preço. A segunda condição, coerência, é a parte normativa da teoria, e requer que diferentes graus de crença numa proposição não podem, num certa maneira, conflitar. Entretanto é importante notar que

os subjetivistas não pensam que as crenças de todas as pessoas são coerentes neste sentido. O que eles estão dizendo é que qualquer pessoa que deseje ser consistente ou racional num sentido heurístico, deve ter crenças coerentes e, ipso facto, adequar-se ao cálculo probabilístico. Adicionalmente, cada pessoa é livre para ter qualquer grau de crença que ela escolha e, para qualquer conjunto dado de proposições, é possível uma infinidade de distribuições coerentes de probabilidade. A liberdade de acreditar naquilo que você deseja, sujeito apenas às amplas restrições de racionalidade, é a característica chave da probabilidade subjetivista" (ibid., 222).

O ponto polêmico da teoria subjetivista pode ser sintetizado na frase provocativa proferida por de Finetti: "probabilidade não existe". De uma outra maneira, podemos pensar a interpretação subjetivista de probabilidade como generalização da visão medieval da probabilidade: todo indivíduo é uma autoridade sobre o que é mais provável.

Muitos fenômenos na natureza parecem ter frequências relativas estáveis: qualquer sequência suficientemente longa no lançamento de uma moeda, resulta em queda com frequência próxima à  $1/2$  para cada uma das faces; outro exemplo é a frequência relativa do nascimento de crianças do sexo masculino e feminino. A teoria da frequência relativa de probabilidade deriva desta idéia empírica, estando baseada nos seguintes pontos (von Mises): existe um conjunto de resultados possíveis, sendo que, cada um, é representado por um número; um experimento é infinitamente repetido, e a sequência de números resultante é denominada por *coletivo*, se duas condições são satisfeitas: (1) os limites das frequências relativas existem num coletivo; (2) estes limites permanecem os mesmos em *subseqüências* formadas a partir da sequência original (postulado da aleatoriedade). Probabilidade é um conceito que se aplica somente a coletivos,

estando, portanto, excluídos aqueles eventos únicos; é, também, definida como o limite da frequência relativa, que emerge num coletivo aleatório.

A axiomatização proposta por *Kolmogorov* (1933) - uma teoria de probabilidade como parte autônoma da matemática - representa, majoritariamente, no que pensamos, hoje em dia, ser uma 'teoria de probabilidade'. Desenvolvida a partir da teoria da medida, Kolmogorov formula sua axiomatização supondo a existência de  $(\Omega, \mathfrak{F}, P)$ , onde:

- $\Omega$ : espaço abstrato;
- $\mathfrak{F}$ : contém  $\Omega$  e é fechado em relação às uniões, interseções e complementos dos subconjuntos de  $\Omega$ ;
- uma função  $P : \mathfrak{F} \rightarrow [0,1]$  tal que:
  - $P(\Omega) = 1$
  - a medida  $P$  da união de subconjuntos disjuntos de  $\mathfrak{F}$  é igual à soma das respectivas medidas individuais  $P$  dos mesmos.

A intuição sugerida por Kolmogorov em relação a esta terminologia, toma o espaço  $\Omega$  como o conjunto dos *eventos elementares*, sendo, então, o evento *certo* e o conjunto  $\emptyset$ , o evento *impossível*. Os membros de  $\mathfrak{F}$  são os *eventos aleatórios*, e  $P(A)$  é a *probabilidade* do evento  $A$ . Contudo, estes "esclarecimentos" em nada nos iluminam sobre o significado de probabilidade, a não ser a conclusão trivial de que probabilidade é um número entre zero e um. Em sua discussão sobre a aplicabilidade da teoria de probabilidade ao mundo dos eventos reais, Kolmogorov segue, em grande medida, a idéia freqüencialista de von Mises, assumindo, porém, uma aplicabilidade que não se restringe apenas aos fenômenos que, por natureza, sejam casuais, mas a todos aqueles que seguem leis matemáticas (von Plato, 1998: 222-3).

As novidades trazidas pelo trabalho de Kolmogorov, quando comparadas aos desenvolvimentos anteriores, não são apenas formais: também incluem mudanças "no conteúdo". Foi necessário encontrar um papel seguro para os conceitos de casualidade e lei estatística, antes

que uma teoria matemática de probabilidade autônoma pudesse emergir. A revolução da mecânica quântica, de 1925-1927, é o marco mais claro nesta mudança de idéias. Ela tornou os processos elementares indeterminísticos por natureza, reputando a probabilidade como parte indissociável da descrição destes processos"(ibid., 2). Um dos avanços proporcionados por Kolmogorov foi, justamente, prover o tratamento teórico de processos estocásticos, dentro da estrutura matemática demarcada pelo espaço de probabilidade  $(\Omega, \mathfrak{F}, P)$  (ibid., 231).

A princípio, as quatro interpretações de probabilidade examinadas satisfazem os axiomas da teoria apresentada por Kolmogorov. Seguem, porém, algumas observações. No caso da teoria subjetiva, é necessário impor restrições sobre o conjunto de apostas do indivíduo (Hacking, 1998: 983). Para Keynes, a atribuição de valores numéricos a uma relação de probabilidade  $a/h$ , está fundamentada no *princípio de indiferença*, que é uma reformulação do Princípio da Razão Não Suficiente, da teoria clássica de probabilidade. Keynes introduz uma qualificação importante sobre este princípio: as alternativas devem ser, em última instância, simétricas em relação a todas as alternativas relevantes. Conseqüentemente, sua aplicação não pode ser irrestrita, como supunham os clássicos. Um dado que seja viciado é um exemplo desta restrição. Ao fato do princípio da indiferença não ser universalmente aplicável, somam-se outros argumentos (*Treatise*, cap. III) em prol de uma conclusão da maior importância na teoria de Keynes: somente "em casos muito especiais, a serem tratados mais tarde [aplicação do princípio de indiferença], pode ser atribuído um significado a uma comparação *numérica* de magnitudes" (Keynes, 1973: 36). Desta forma, somente em casos muito especiais existe o espaço  $\Omega$ .

\* \* \*

O desenvolvimento de uma teoria de probabilidade, na metade do século XVII, tornou-se ferramenta fundamental para as reflexões matemáticas sobre incerteza no século vindouro. Entre os trabalhos mais conhecidos de aplicação na área social, estão a medida de risco, sugerida por Bernouilli (1738), e a teoria de votação, de Condorcet (1789). Christian Schmidt (1996) observa que nenhum economista da escola clássica, que vai da metade do século dezoito até a primeira

metade do século dezenove, valeu-se destas contribuições. Segundo o autor, isto não resultou da competência matemática daqueles economistas - Cournot, por exemplo, era matemático e se envolveu diretamente na abordagem probabilística da incerteza -, mas do significado de incerteza, na análise econômica para os clássicos.

De forma geral, Schmidt (1996: 1) sugere duas maneiras de perceber a economia: na primeira, como a abordagem clássica, a economia é formulada como um sistema, tendo como propósito explicar seu funcionamento; na segunda, ele parte das ações dos agentes e considera a economia como uma diversidade de situações, que resulta das ações escolhidas. Se a economia é um sistema, a incerteza emerge como falha em prever um estado do sistema, a partir de suas supostas leis e da informação disponível no estado inicial; na outra situação, incerteza é uma dimensão necessária a cada tomador de decisão. "Desta forma, no primeiro caso, incerteza é inseparável de uma crise real na ciência econômica, enquanto no segundo incerteza é um componente normal de conhecimento econômico" (ibid., 1). Ou seja: para os clássicos, se um sistema econômico existe, suas leis têm que ser estritamente determinadas; caso contrário, não existe tal sistema e, assim, não há forma de abordar o fenômeno econômico.

## 1.2 Probabilidade-Incerteza

Um bom ponto de partida à discussão é o artigo de Lawson (1988), mencionado anteriormente. Na forma sucinta, segue uma taxionomia para diferentes concepções de incerteza e probabilidade, proposta pelo autor (ibid., 48). Como mostra a tabela-1, incerteza se classifica, probabilisticamente, como mensurável ou imensurável.

	Probabilidade é uma propriedade do conhecimento ou crença.	Probabilidade é tanto um objeto do conhecimento quanto uma propriedade da realidade externa.
Incerteza corresponde a uma situação onde a probabilidade é numericamente mensurável.	Subjetivistas (ex. Savage, Friedman)	Proponentes das expectativas racionais. (ex. Muth, Lucas)
Incerteza corresponde a uma situação onde a probabilidade é numericamente imensurável.	Keynes	Knight

Tabela-1

### **Keynes**

Embora haja continuidade nas reflexões de Keynes sobre incerteza e probabilidade em seus escritos, existem também muitas diferenças quanto às interpretações dos estudiosos deste assunto. De um lado, certos autores pressupõem a idéia de incerteza fundamental em Keynes. A abordagem de Davidson (1982-3, 1991) sobre o processo de decisão sob incerteza, distingue dois ambientes de tomada de decisão: ergódico e não-ergódico.<sup>4</sup> No primeiro - mundo idealizado -, as regras de probabilidade se aplicam; mas, não no segundo ambiente - mundo real - onde as decisões são únicas, irreversíveis e de importância crucial<sup>5</sup>. Lawson (1988) relaciona a incerteza keynesiana a uma questão epistêmica: existe incerteza porque não podemos apreender além de certo limite. A importância de ambientes não-ergódicos leva Rotheim (1995, p.161) a reconhecer outra forma - ontológica - de conceber a incerteza: "ela surge porque não podemos conhecer os elementos do mundo, os quais, num sentido, ainda não foram criados". Embora ambos os tipos de incerteza (epistêmica e ontológica) possam ser encontrados nos escritos de Keynes, Rotheim

<sup>4</sup> A condição necessária a um processo estocástico ergódico é a estacionariedade: expectativa e variância são independentes do tempo absoluto. A não-estacionariedade é a condição suficiente a um processo não-ergódico.

<sup>5</sup> "Se os economistas reconhecem e identificam quando estas condições econômicas (não-ergódicas) de incerteza fundamental são provavelmente as prevalecentes, o governo pode exercer o papel de aprimorar a performance econômica do mercado. Os economistas deveriam se esforçar para construir mecanismos institucionais que possam produzir restrições legais sobre o universo infinito de eventos, os quais, caso contrário, ocorrem na medida em que o processo econômico se move no tempo histórico." (Davidson, 1991, p. 142).

(1995) argumenta que a forma ontológica é a mais relevante para entendermos as críticas de Keynes à lógica ortodoxa.

Outros autores<sup>6</sup>, apoiados no conceito de peso do argumento, consideram incerteza um conceito relativo, ou seja: a incerteza pode se relacionar ao nosso conhecimento em diferentes graus. Gerrard (1995) examina a probabilidade em Keynes não como mera esquematização da racionalidade, mas como um guia prático na escolha entre cursos alternativos de ações: é racional preferir a crença mais provável. Em oposição à visão de Davidson (1991), o autor sustenta que Keynes discutiu a relevância da teoria de probabilidade ao comportamento sob incerteza em *Treatise*, sendo a análise das expectativas a ligação crucial entre aquele trabalho e a *Teoria Geral*. Fitzgibbons (1995) é ainda mais radical e escreve que "*Treatise on Probability* de Keynes não intencionou provar que flutuamos num Vasto Mar de Ignorância. O alvo de Keynes era David Hume, e seu principal objetivo era refutar a doutrina de incerteza radical que, ironicamente, seria atribuída ao próprio Keynes". (ibid., 215).

### ***Frank Knight***

Segundo Lawson (1988: 45-6), Knight distingue três situações de probabilidade: (a) probabilidade a priori: classificações absolutamente homogêneas, como as seis faces de um dado; (b) probabilidade estatística: classificações empíricas baseadas em amostras estatísticas, e (c) estimativas: eventos únicos. A noção de incerteza, em Knight, está relacionada à confiabilidade que pode ser atribuída à informação derivada de cada situação acima. As duas primeiras, onde, a princípio, as probabilidades podem ser calculadas, correspondem à incerteza mensurável. Mas (c), em que o julgamento de probabilidade formado é uma estimativa, corresponde à incerteza imensurável (incerteza verdadeira ou fundamental). Entretanto, por serem situações radicalmente diferentes, Knight considera que (a) e (b) não correspondem exatamente à incerteza, sendo, então, mais apropriado, utilizar o termo *risco*.

---

<sup>6</sup> O'Donne l(1989), Runde (1990), Gerrard (1995)

Knight, assim como Keynes, argumenta que era relevante distinguir entre situações onde a incerteza poderia ser medida, e aquelas onde isto não era possível. Entretanto Keynes, ao contrário de Knight, baseou sua visão num conceito original e lógico de probabilidade. Neste conceito amplo de probabilidade como grau de crença, probabilidades não são necessariamente numéricas; nem mesmo comparáveis. Knight fundou sua teoria de incerteza e risco sob a interpretação freqüencialista de probabilidade e, potencialmente, mesmo os eventos incertos poderiam ser reduzidos a medidas de risco (Perlman & McCann, 1996). Quanto às implicações econômicas da incerteza, Netter (1996: 119) propõe a seguinte comparação: para Keynes, os agentes são compelidos a basear suas previsões em convenções que são racionalmente limitadas (este tópico será discutido na próxima seção); para Knight, a incerteza fundamental coloca em cheque o conceito de competição perfeita, tendendo a favorecer a concentração econômica: a consolidação de organizações ou instituições, onde "fatos imprevistos" possam ser agrupados e compartilhados, "induz uma tendência de regularidade mesmo quando a incerteza *stricto sensu* está envolvida" (ibid., 119).

### ***Teoria da utilidade esperada subjetiva: Savage***

A aceitação da teoria da utilidade esperada implica assumir que incerteza é irrelevante; as situações de decisão parecem incertas somente porque os agentes desconhecem os principais axiomas da teoria da decisão (Perlman & McCann, 1996, p.14). De fato, esta abordagem considera que os agentes têm informações suficientes para descrever completamente o futuro, pois, a cada pessoa, supõe-se saber: (i) todas as conseqüências potenciais de suas ações (estados da natureza); (ii) como cada estado da natureza afeta sua utilidade; (iii) como atribuir uma distribuição de probabilidade a cada estado da natureza. Estas hipóteses descrevem uma situação denominada de "risco", levando ao famoso resultado de von Neumann-Morgenstein: o indivíduo instrumentalmente racional age como se maximizasse a utilidade esperada. Nesta abordagem, o conceito de probabilidade segue interpretação freqüencialista. Savage (1954) estendeu este resultado, mostrando que, sob certas restrições às relações de preferência, mesmo que os estados da natureza não fossem relacionados a probabilidades objetivas, os agentes ainda se comportariam como se utilidades e probabilidades (subjetivas) estivessem sendo associadas



aos estados da natureza, e as decisões sendo feitas segundo o mecanismo da utilidade esperada. Num certo sentido, a utilidade esperada subjetiva invalida a distinção feita por Knight, reduzindo toda incerteza a risco (Runde, 1995: 197).

### ***Expectativas racionais***

Este tópico será examinado com mais detalhes na próxima seção. Por ora, observamos que é usual, nesta abordagem, valer-se de distribuições de probabilidade com parâmetros conhecidos, para caracterizar situações de "incerteza"; além disso, o agente utiliza esta informação na formação de suas expectativas.

### ***Escola Austríaca***

Uma característica distintiva da *Escola Austríaca* é a proeminência dada à subjetividade do comportamento humano. Pressupondo o fenômeno econômico como consequência das ações dos indivíduos, onde coexistem elementos racionais e subjetivos, a incerteza torna-se elemento fundamental da vida econômica e da análise econômica. Na tabela de Lawson (1988), incerteza se classifica como probabilisticamente mensurável ou imensurável. É por essa razão que esta Escola não está incluída, na medida em que a mesma não estabelece conexão entre incerteza e probabilidade. Mas, poderia a abordagem austríaca ser formulada nos termos das probabilidades subjetivas? "Para a Escola Austríaca, de Menger a Hayek, a incerteza econômica é vista como um resultado não intencionado de ações individuais. Se é assim, não existe maneira de distinguir entre as ações, suas consequências e os estados de mundo com o propósito de clarificar o que é conhecido e o que é ignorado pelo tomador de decisão" (Schmidt, 1996: 3).

Segundo Garelo (1996), a incerteza resulta, entre outras coisas, da subjetividade do processo pelo qual os meios-fins são percebidos: não temos conhecimento perfeito de nossas metas e objetivos e, portanto, os meios (objetos e informação) percebidos, são igualmente imprecisos. Além disso, a incerteza é também uma fonte de subjetividade: devido à dimensão temporal da tomada de decisão, nossa inabilidade em saber os resultados futuros de nossas ações

e dos outros, nos compele a fazer uso de nossa imaginação. Conquanto estas idéias tenham sido incorporadas ao mainstream, sua abordagem, na Escola Austríaca, é muito diferente. Primeiro, é digno de nota que esta escola dispensa o formalismo dos modelos. Garello (ibid., 94) aponta duas razões: enquanto o foco dos neoclássicos é o estado de equilíbrio, os austríacos se preocupam com as causas que direcionam o processo de mercado. Hayek, por exemplo, diz que competição é o oposto de equilíbrio: é um processo de descoberta; além disso, a matemática não é uma linguagem apropriada para estudar as ações humanas, devido à preponderância de sua dimensão subjetiva.

Para uma corrente atual do pensamento austríaco, a ênfase dada à incerteza por esta Escola corresponde à noção de incerteza fundamental pos-keynesiana. Lachmann (1976), por exemplo, sugere que o trabalho de Shackle é uma extensão consistente do subjetivismo austríaco. Entretanto, do lado pós-keynesiano, Davidson (1996) aponta diferenças cruciais quanto às implicações da incerteza, que permeiam os processos de decisão econômica. Segundo Davidson (1996, p.25), para a Escola Austríaca, é "o livre mercado que medeia a miríade de decisões aleatórias e produz um processo evolucionário onde somente os mais aptos sobrevivem por tomarem a decisão apropriada". Mas, na visão de Keynes/pós-keynesianos, as ações humanas podem afetar(criar) resultados futuros, significando que a sociedade - civil e governamental -, tem liberdade para controlar e aprimorar a performance econômica.

\* \* \*

Tendo identificado as principais concepções de probabilidade e incerteza na análise econômica, Lawson (1988) propõe a seguinte questão: qual destas noções, sob a perspectiva realista, é a mais satisfatória à teoria econômica? A grosso modo, realismo é a "visão de que há um mundo material objetivo (físico ou social) que existe independentemente da consciência, mas que é cognoscível pela consciência" (ibid., 39). Desta perspectiva, o autor discorre brevemente sobre três maneiras de abordar o realismo. No realismo *direto*, as coisas são como parecem ser; conhecimento e realidade coincidem, implicando a redução do pensamento e aparência à

realidade. Na visão *dualista*, aparências, idéias e impressões, são, em grande parte, separadas da realidade externa. Uma variante desta noção é o *idealismo*, onde o mundo não é nada mais do que mentes e idéias, implicando a redução da realidade à aparência e ao pensamento. A construção de modelos econômicos, que tem como único objetivo prover um instrumento útil de previsão, segue a tradição idealista. "Nesta visão *instrumentalista* não há nem mesmo a exigência de que o modelo seja plausível - o único critério necessário é a consistência com as observações relevantes" (ibid., 57). Finalmente, o realismo *interacionista*, que rejeita ambas as formas de reducionismo e, o mais representativo segundo o autor, não requer

"uma separação completa entre sujeito e objeto, entre aparência e realidade. Ao contrário, devem estar entrelaçados uns aos outros. [...] Conhecimento é um processo interativo onde experiência e pensamento, prática e teoria, têm papéis essenciais, como movimentos igualmente vitais no mesmo processo. Teoria age na experiência e experiência age na teoria" (ibid., 55).

Em sua discussão sobre o realismo interacionista, o autor observa que o conteúdo de uma teoria deve, supostamente, se referir a ações, comportamento, capacidades, processos, etc.. Desta forma, seria inapropriado tentar interpretar qualquer forma de instrumentalismo - expectativas racionais, por exemplo - sob o ponto de vista realista. E quando Lucas diz que, *em casos de incerteza, o raciocínio econômico não tem valor*, ele não está considerando a dificuldade dos agentes em formar suas expectativas, mas as dificuldades técnicas dos economistas. Além disso, acrescenta o autor, uma distribuição de probabilidade pode ser atribuída a qualquer sistema de variáveis observáveis; na prática, "a hipótese parece ser aplicada sem limites aparentes por seus proponentes" (ibid., 59).

Com algumas qualificações, Lawson sugere que a abordagem de Keynes (e Knight) pode ser interpretada como uma forma de realismo interacionista. Nesta visão, conhecimento probabilístico, como todo conhecimento, corresponde, de alguma maneira, à realidade, podendo, então, envolver indeterminabilidade na realidade subjacente, frequências relativas, eventos recorrentes, processos causais, etc.. "Conhecimento ou crença verdadeira, é falível, para ser

substituído por verdades mais completas de um ponto de vista mais amplo. Isto parece ser a visão de conhecimento que o realista precisa manter" (ibid., 61). Ou seja: segundo Lawson, a abordagem de Keynes (e Knight) é a mais apropriada à visão realista. Esta conclusão será examinada mais adiante (I.1.4).

### 1.3 Probabilidade-Incerteza-Expectativa

Embora expectativa seja uma idéia central à ciência econômica nos dias de hoje, sua introdução na análise econômica é relativamente recente. Myrdal (1927) e, posteriormente, outros integrantes da Escola Sueca, foram pioneiros na inclusão de expectativas como variáveis explícitas num esquema de análise (Hansson, 1998: 503). Entretanto, foi Keynes que lhe conferiu status definitivo. Dois dos três principais determinantes da demanda agregada na análise de Keynes - investimento e preferência pela liquidez – dependem, essencialmente, das expectativas dos agentes (Hoover, 1997: 219). Na seqüência, entre 1960 e início dos anos 1970, grande parte dos modelos macroeconômicos, principalmente aqueles focados no estudo de inflação, utilizaram a premissa de *expectativa adaptativa* (Laidler & Parkin, 1975). A introdução de *expectativas racionais*, ocorrida no início da década de 1970, é um marco da abordagem dominante nos modelos macroeconômicos desde então.

#### ***Expectativas racionais***

"Em situações de risco, a hipótese de comportamento racional por parte dos agentes terá um conteúdo utilizável, de maneira que o comportamento pode ser explicável em termos de teoria econômica. Em tais situações, expectativas são racionais no sentido de Muth. Em caso de incerteza, o raciocínio econômico não será de valor" (Lucas, 1977: 15). (O grifo é nosso)

Originalmente, a teoria neoclássica das expectativas baseou-se na hipótese de que o valor futuro de uma variável será uma função de seus valores passados. Denominada por expectativas

adaptativas<sup>7</sup>, foi, primeiramente, usada por Fisher (1911); mas ganhou notoriedade a partir do estudo de Cagan (1956) sobre hiperinflação. Do ponto de vista teórico, a principal crítica à expectativa adaptativa orientou-se à sua falha em não assegurar duas condições inerentes a qualquer teoria de formação de expectativas: não é razoável admitir que as pessoas cometam, sistematicamente, os mesmos erros, nem que ignorem informações valiosas quando formam suas crenças. Muth (1960, 1961) foi o primeiro a formalizar estas críticas, introduzindo a hipótese da expectativa racional (HER), que se apóia na seguinte intuição: as variáveis econômicas são geradas por processos sistemáticos. Valendo-se de toda informação disponível, os agentes, ao longo do tempo, aprendem qual processo gera que variável, e utilizam este conhecimento para formar expectativas sobre aquela variável. Como resultado final, "as expectativas das firmas (ou mais geral, a distribuição de probabilidade subjetiva dos resultados) tendem a ser distribuídas para o mesmo conjunto de informação, como a previsão da teoria (ou a distribuição de probabilidade objetiva dos resultados)" (Muth, 1961: 316). Ou seja: as expectativas dos agentes, num modelo, equivalem à solução matemática do modelo. É por isso que a HER é referida como modelo-consistente: se a expectativa difere da solução, ou a teoria está errada ou o agente falha em usar toda a informação disponível.

A formulação da expectativa racional é comumente descrita como:

$${}_{t-1}X_t^e = E[X_t | I_{t-1}], \quad (1)$$

onde a expectativa de  $X$ , formada no tempo  $t - 1$ , é a expectativa matemática de  $X$ , condicional a toda informação disponível em  $t - 1$ . Ou seja: na média, as expectativas do agente são iguais aos valores verdadeiros da variável. O conjunto de informação  $I_{t-1}$  consiste do próprio modelo e de suas respectivas variáveis.

---

<sup>7</sup> Fisher (1930) definiu inflação esperada como sendo a defasagem distribuída de valores passados, e Cagan (1956) introduziu o conceito de expectativas adaptativas como a estrutura de defasagem exponencialmente declinante.

Vamos ilustrar esta hipótese com um exemplo de Sheffrin (1984: 9). Suponhamos que um agricultor se depare com o dilema de quanto trigo plantar. O agricultor sabe que o preço de venda, na época da colheita, depende de muitos fatores; mas, em sua decisão, ele deve estimar o preço que prevalecerá no período de venda. Desta forma, se ele acredita nas expectativas racionais, vai assumir que existe, embora desconhecida, uma distribuição real de probabilidade, governando como os preços serão estabelecidos no mercado futuro de trigo. Em sua projeção do preço, ele pergunta a si próprio a seguinte questão: que preço posso esperar que, na média, tornará correta a estimativa de qualquer pessoa, se todos anteciparem este preço? Assim, a projeção do agricultor é racional se seu preço antecipado induzir à formação de preço real que, na média, coincidirá com sua expectativa.

Duas propriedades importantes da HER estão associadas ao *erro esperado*, definido por:

$$\text{erro esperado} = \varepsilon_t = X_t - E[X_t | I_{t-1}].$$

A primeira propriedade afirma que o valor esperado do erro esperado é zero:  $E(\varepsilon_t) = 0$ . A segunda - *ortogonalidade* - que o erro esperado não está correlacionado com nenhuma informação disponível aos agentes:  $E[\varepsilon_t \cdot I_{t-1} | I_{t-1}] = 0$ .

Com o propósito de ilustrar algumas implicações das expectativas racionais, é conveniente compará-las com as expectativas adaptativas. Para tanto, vamos utilizar o modelo mais simplificado de oferta e demanda, apresentado por Muth (1961):

$$C_t = -\beta p_t \quad (\text{demanda})$$

$$P_t = \gamma p_t^e + u_t \quad (\text{oferta})$$

$$C_t = P_t \quad (\text{equilíbrio de mercado})$$

$$p_t = -(\gamma/\beta)p_t^e - (1/\beta)u_t \quad (\text{resolvendo em } p_t)$$

onde  $p_t^e$  é o preço esperado no início do período;  $t$  e  $u_t$ , o choque de oferta que segue um processo independente, normalmente distribuído com média zero (as duas propriedades mencionadas acima). Para as expectativas adaptativas, fazendo  $p_t^e = p_{t-1}$ , temos a seguinte solução para o preço:

$$p_t^e = p_{t-1} \quad (\text{preço esperado})$$

$$E_t[p_t - p_t^e] = -[(\beta + \gamma)/\beta]p_{t-1} \quad (\text{valor esperado do erro esperado})$$

No caso das expectativas racionais, o preço esperado é a expectativa matemática de  $p_t$ , baseado na informação disponível  $I_t$  em  $t$ :  $p_t^e = E_t[p_t | I_t]$ . Resolvendo, temos:

$$p_t^e = 1/(\beta + \gamma) \quad (\text{preço esperado})$$

$$E_t[p_t - p_t^e] = 0 \quad (\text{valor esperado do erro esperado})$$

Diferentemente da expectativa adaptativa, a expectativa racional depende da estrutura do sistema inteiro, incorporando as informações economicamente relevantes. Havendo, então, qualquer alteração na demanda (parâmetro  $\beta$ , supostamente conhecido pelo agente), esta informação será imediatamente transmitida ao preço. O valor esperado do erro esperado é zero, mas não o erro de previsão. De fato, no modelo acima, ele vai depender do tamanho do choque:

$$p_t - p_t^e = -u_t / \beta.$$

Muito da crítica e hostilidade à hipótese da expectativa racional, observa Sheffrin (1983: 10), questiona se ela, de fato, representa o verdadeiro comportamento racional. Entre os pontos falhos apontados, está a inconsistência da HER com a visão subjetivista de probabilidade, e sua inabilidade para incluir aprendizagem e comportamento adaptativo. Como vimos anteriormente, para a teoria subjetiva, crenças individuais sobre probabilidades não precisam necessariamente coincidir com algum padrão externo objetivo. No lançamento de uma moeda, posso atribuir o valor  $1/3$  ou  $1/2$ , ou qualquer outro, à probabilidade de ocorrer "cara" em sua queda. O autor repete a argumentação de Lucas (1977), afirmando que o emprego prático de uma teoria econômica requer que se saiba quais distribuições de probabilidade estão sendo usadas pelos agentes: "teorias de previsão não são facilmente construídas sobre o princípio de que distribuições de probabilidade subjetivas não podem ser relacionadas a eventos objetivos" (ibid., 13).

A característica modelo-consistente da hipótese das expectativas racionais implica, inevitavelmente, a pergunta: como os indivíduos aprendem e descobrem as distribuições de probabilidades verdadeiras? A análise de Sheffrin a esta questão é bastante parcimoniosa, podendo ser resumida nos argumentos que se seguem. O autor cita exemplos de modelos desenvolvidos para contrapor à crítica de que o processo de aprendizagem, no longo prazo, não segue a HER. Além disso, o comportamento de aprendizagem, por si só, não é suficiente para se duvidar da expectativa racional. Exemplo: "se o período de aprendizagem começou na virada do século e o sistema permaneceu praticamente o mesmo, é de se esperar que a convergência tenha ocorrido por agora" (ibid., 14). Em ambientes que estão continuamente se modificando, onde o comportamento de aprendizagem é mais significativo, o autor distingue duas maneiras de abordar este tópico: sistemas deterministicamente estáveis (SD) e estocasticamente estáveis (SS). Muito da visão de que mudanças são imprevisíveis e irreversíveis - é, portanto, pouco plausível que as expectativas dependam de probabilidades verdadeiras governando o sistema - adota o primeiro modelo, onde distúrbios ocorrem de tempo em tempo, mas o sistema sempre retorna ao equilíbrio. No modelo SS, os choques estão continuamente perturbando o sistema, não havendo nenhum estado específico. Segundo o autor, esta é a descrição mais adequada à economia



positiva, não sendo de imediato evidente "que a maioria dos sistemas não possa ser descrita por leis probabilísticas" (ibid., 16).

### ***Expectativas na Teoria Geral***

A importância da incerteza e expectativa no pensamento econômico de Keynes tem sido há muito reconhecida, embora sejam mais recentes os estudos que buscam interpretar esta idéia sob a luz de sua teoria lógica de probabilidades. Entretanto, é comum, entre comentadores de Keynes, admitir-se que a *Teoria Geral* nem sempre é suficientemente clara sobre este tópico. Também não podemos, embora não necessariamente, por causa da afirmação anterior, falar em consenso sobre o significado de incerteza e expectativa na análise de Keynes. Tampouco, sobre sua relevância no debate atual sobre expectativas.

De qualquer forma, quando examinamos a análise de expectativas na *Teoria Geral*, alguns pontos não podem passar despercebidos: i) a discussão está focada no comportamento das firmas, havendo distinção entre expectativas de *curto e longo prazo*; ii) o papel da *convenção*, do estado de *confiança* e do enigmático *animal spirits* na formação de expectativas.

Para Keynes, as decisões da atividade econômica dependem das expectativas: "Toda produção se destina, em última análise, a satisfazer o consumidor. Normalmente decorre algum tempo - às vezes bastante - entre o momento em que o produtor assume os custos (tendo em vista o consumidor) e o da compra da produção pelo consumidor final" (Keynes, 1985: 43). Mas, decisões precisam ser tomadas e, devido a este lapso de tempo, não há outra alternativa ao empresário senão guiar-se por suas melhores previsões. Keynes faz uma distinção clara entre dois tipos de expectativas: as expectativas de curto prazo estão relacionadas às decisões de produção corrente, enquanto as de longo prazo são consultadas para determinar o nível de investimento. Porém, as primeiras dependerão, em grande, parte das segundas: "os resultados efetivamente

realizados da fabricação e venda da produção só terão influência sobre o emprego à medida que contribuam para modificar as expectativas subseqüentes" (ibid., 44).

Gerrard (1995) sugere duas interpretações de probabilidade em Keynes, e usa esta dicotomia para analisar a distinção entre as expectativas de curto e longo prazo. A expectativa de curto prazo pode ser caracterizada pelo processo contínuo e gradual de revisão face aos resultados realizados. Dado o caráter repetitivo e a estabilidade relativa no contexto destas decisões, a expectativa de curto prazo pode ser vista como acontecendo numa situação de risco e, portanto, apropriada à abordagem frequencialista. A expectativa de longo prazo está relacionada à decisão de investimento, que é uma escolha única num momento histórico particular e, não, tentativas repetidas num ambiente aleatório estável. Neste contexto, o autor sugere que o conceito apropriado de probabilidade é provido pela abordagem lógica. Outros autores, por exemplo, Davidson (1978) e Chick (1993), sustentam que a incerteza fundamental está presente tanto nas decisões de curto quanto de longo prazo.

No capítulo 12 da *Teoria Geral*, sobre "O Estado da Expectativa a Longo Prazo", Keynes escreve:

"Seria insensato, na formação de nossas expectativas, atribuir grande importância a tópicos que para nós são muito incertos<sup>1</sup>. É portanto, razoável que nos deixemos guiar, em grande parte, pelos fatos que merecem nossa confiança, mesmo se sua relevância for menos decisiva para os resultados esperados do que outros fatos a respeito dos quais nosso conhecimento é vago e limitado. [...] O estado da expectativa a longo prazo, que serve para as nossas decisões, não depende, portanto, exclusivamente do prognóstico mais provável que possamos formular.

(1) Quando utilizo "muito incertos" não quero dizer a mesma coisa que "muito improváveis. Cf. minha obra *Treatise on Probability* [JMK, v. VIII]. Cap. 6, The Weight of Arguments" (Keynes, 1985: 109-10).

Nesta citação, assim como em outras passagens da *Teoria Geral*, Keynes enfatiza a precariedade da base de conhecimento que dispomos para fazer previsões futuras. A nota de rodapé acima é, também, forte indicação de que há uma conexão entre sua teoria de probabilidade

e a análise de expectativas. Entretanto, menos claro é se podemos atribuir probabilidades "ao prognóstico mais provável que possamos formular." Para vários autores, como examinamos na seção anterior, a incerteza keynesiana é probabilisticamente indeterminável. É também digna de nota a argumentação de Keynes, em *Treatise*, de que probabilidades são raramente numéricas e, mesmo até, não comparáveis. Gerrard (1995) não vê nenhuma contradição, ponderando que

"a determinação da previsão mais provável não requer probabilidades numéricas. É suficiente que as probabilidades sejam ordinalmente mensuráveis. Keynes indicou que a comparabilidade é uma premissa razoável para comparações entre hipóteses do mesmo tipo, notadamente, previsões diferentes relacionadas à mesma decisão" (ibid., 190).

Além do debate suscitado em torno da atribuição de probabilidades às expectativas de longo prazo, a citação de Keynes introduz outro aspecto crucial à formação de expectativas: o *estado de confiança*. Embora negligenciado pelos economistas, "constitui uma matéria à qual os homens práticos dedicam a mais cuidadosa e desvelada atenção. [...] Nossas conclusões devem fundamentar-se, principalmente, na observação prática dos mercados e da psicologia dos negócios" (Keynes, 1985: 110). O conceito de confiança, sugere Gerrard (1995: 190), é derivado do conceito de "peso do argumento", no *Treatise*. Probabilidade é a medida do grau de crença relativa, enquanto confiança é uma medida do grau de crença absoluta, refletindo a avaliação do agente sobre a evidência disponível.

As bases do estado de confiança são muitas vezes precárias, fazendo com que os empresários sejam compelidos a "recorrer a um método que é na verdade, uma *convenção*. A essência desta convenção - embora ela nem sempre funcione de uma forma tão simples - reside em se supor que a situação existente dos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança" (Keynes, 1995: 112). Mas isto não significa supor que "os erros em qualquer sentido são igualmente prováveis" (ibid., 112). Como observa Hoover (1997: 223), isto exclui a interpretação moderna de que as expectativas seguem um processo random walk. Outra característica apontada pelo autor (ibid., 223), colide

frontalmente com a idéia do agente representativo: para Keynes, as expectativas dos indivíduos são heterogêneas.

Outro aspecto da análise de Keynes na decisão de investimento, é a importância por ele atribuída ao papel do *animal spirits*. Embora ele possa ser interpretado como uma motivação completamente irracional, Gerrard (1995) argumenta que é possível uma interpretação alternativa mais construtiva. "A compulsão à ação pode ser vista, ao menos em parte, como sendo determinada pelo estado de confiança. Este, por sua vez, está baseado numa avaliação do peso da evidência disponível e no risco de erro" (ibid., 191).

Uma discussão das expectativas de longo prazo, na *Teoria Geral*, numa perspectiva pós-keynesiana tradicional, é Lawson (1995). Embora seja inegável a influente contribuição de Keynes aos fundamentos da economia moderna, o autor observa quão pouco a análise ortodoxa contemporânea das expectativas deriva do trabalho de Keynes. Entretanto, "longe de ser epistemologicamente obsoleta (como Lucas sugere) a análise de Keynes é essencialmente consistente com a perspectiva filosófica mais geral" (ibid., 89). Nesta perspectiva, realismo crítico, o autor questiona a abordagem positivista, que busca descobrir relações e regularidades entre eventos. Para o autor, o objetivo da explanação social envolve identificar os mecanismos e estruturas que tornam possível um dado conjunto de práticas humanas. Esta é, segundo Lawson, a perspectiva adotada por Keynes. Neste termos, se o fenômeno central do capítulo 12 da *Teoria Geral* é explicar as flutuações no nível de investimento, é necessário, como ponto de partida, identificar as atividades humanas que as originam. Especificamente, Keynes se concentra na maneira em que as reavaliações dos investimentos existentes são conduzidas na bolsa de valores, examinando suas práticas e condições institucionais, que tornam possível, e até encorajam negociações freqüentes. "Assim, a questão óbvia a ser colocada é se existe alguma base razoável para executar, na prática, as reavaliações dos investimentos ou ativos existentes? Relevante e adicionalmente à questão anterior: como as expectativas são formadas?" (ibid., 93).

Lawson não estabelece nenhuma conexão entre *Treatise* e a discussão de expectativas na *Teoria Geral*. Para o autor, na situação de incerteza fundamental que caracteriza a decisão de

investimento de longo prazo, a convenção pode, num certo sentido, facilitar a previsibilidade, continuidade e estabilidade nos negócios. Por sua vez, esta conduta tem uma motivação adicional que é *psicológica*. A prática de rotinas estáveis é uma necessidade humana, tendo papel crucial no controle de nossa ansiedade. Dois outros fatores sugeridos por Lawson, quanto à formação de expectativas, são o *juízo dos outros* e os *investidores profissionais*, que buscam prever, com alguns meses de antecedência, as bases da avaliação convencional. Para o investidor privado médio, é bastante razoável que ele imite outros que sejam, comparativamente, bem mais informados que ele. Quanto ao investidor profissional ou especulador, que buscam "prever com alguns meses de antecedência as bases da avaliação convencional", tudo que pode ser inferido é que será um resultado entre inúmeras possibilidades. Muito pouco pode ser dito a priori.

Sobre a seguinte questão: "existe um lugar para as expectativas racionais na *Teoria Geral* de Keynes?", a resposta de Hoover (1997: 231) é *não*, enfatizando que a incompatibilidade fundamental reside na distinção feita por Keynes entre expectativas de curto e longo prazo. Para o autor, Keynes não tinha objeção ao uso de probabilidades às expectativas de curto prazo; mas, em relação às de longo prazo, ele repetiria para os neoclássicos aquilo que disse aos clássicos: "eu acuso a teoria econômica clássica de ser uma daquelas técnicas bonitas e polidas que tenta tratar o presente abstraindo o fato de que sabemos muito pouco sobre o futuro" (Keynes em *ibid.*, 232).

O autor cita três técnicas, mencionadas por Keynes no artigo de 1937, que são comumente usadas pelas pessoas na formação de expectativas de longo prazo:

"(1) em grande medida ignoramos mudanças futuras, das quais nada sabemos, sobre as circunstâncias atuais.

(2) assumimos que o estado de opinião existente, revelado nos preços e produção correntes, está baseado num sumário correto das projeções futuras, de maneira que podemos aceitá-lo como útil e até que alguma coisa nova e relevante venha a cena.

(3) reconhecendo que nosso julgamento individual é sem valor, tentamos nos direcionar ao julgamento do resto do mundo, que é talvez, melhor informado. [...] A psicologia de uma sociedade de indivíduos, onde cada um está tentando copiar os outros leva ao que podemos, estritamente denominar, julgamento *convencional*" (Keynes, 1937: 214).

Hoover (1997: 233-4) discorre sobre uma possível analogia destas técnicas com a HER, com o propósito de: i) identificar qual seria a atitude de Keynes sobre o tratamento das expectativas sob a HER; e ii) entender as diferenças entre três variantes do pensamento neoclássico. Neste sentido, a segunda técnica sugere que usamos as informações de mercado - preços e produto - como compilações estatísticas corretas para projeções futuras baseadas na informação correntemente disponível. "Os preços refletem plenamente a informação disponível, de maneira que não há oportunidades residuais de arbitragem" (ibid., 234). A primeira, desconsiderando a "insistência de Keynes sobre probabilidades não numéricas", sugere que a formação de expectativas segue um processo random walk.

Nesta interpretação, Hoover associa a primeira e a segunda técnica, respectivamente, a Sargent e a LeRoy<sup>8</sup>. A terceira, associada a Lucas, é diametralmente oposta ao fundamentalismo de LeRoy, sendo, em última análise, a mais próxima de Keynes. Ambos distinguem risco mensurável e incerteza imensurável; ademais, para Lucas, a expectativa racional só se aplica a situações de risco. Porém,

Onde Keynes e Lucas diferem é em suas respectivas avaliações dos limites que esta distinção fixa na análise econômica. Lucas (1977: 15) expressa uma visão que Keynes jamais concederia: "Em casos de incerteza, o raciocínio econômico não será de valor."

[...] Onde eles mais divergem é na disposição de Lucas consentir que nossa ignorância do futuro estabeleça um limite à ação de política. Keynes, parafraseando sua própria descrição do

---

<sup>8</sup> "Sargent (1984) é explícito neste ponto: a análise de política procede sobre a premissa de que tendo ocorrido mudança de política, ela segue para sempre, mesmo que possa haver mudanças adicionais de regime no futuro. [...] LeRoy argumenta que não existe razão para tratar mudanças de política fora da análise probabilística" (Hoover, 1997: 234).

empresário, é de um temperamento mais sangüíneo; em matéria de política econômica, está imbuído de uma urgência espontânea à ação, descomprometido com os cálculos frágeis das expectativas racionais" (ibid., 235).

\* \* \*

Ao invés da confrontação entre Keynes e os proponentes da HER, Gerrard (1994: 327) explora, construtivamente, ambas abordagens e busca estabelecer uma ponte entre as mesmas. Sua leitura de Keynes segue o texto anteriormente examinado (Gerrard, 1995), onde destacamos: i) distinção entre expectativas de curto e longo prazo; ii) as últimas dependem da previsão mais provável e do estado de confiança, as quais reproduzem a distinção feita por Keynes, em *Treatise*, entre probabilidades e peso do argumento; iii) probabilidade é a medida do grau de crença relativa, enquanto peso do argumento é medida do grau de crença absoluta, refletindo a avaliação do agente sobre a evidência disponível.

Em sua discussão da expectativa racional, Gerrard (1994, 330) toma a conclusão de Lucas - "Em casos de incerteza, o raciocínio econômico não será de valor" -, como um delineamento claro dos limites daquela hipótese. Entretanto,

isto não implica que a ciência econômica não possa desenvolver métodos alternativos de análise. O argumento deste artigo é mostrar que a análise de Keynes sobre o comportamento sob incerteza na *Teoria Geral* provê uma indicação de como a hipótese das expectativas racionais pode ser generalizada, retendo-se ainda a tratabilidade analítica" (ibid., 330)..

Isto posto, o autor segue os seguintes passos: seja a seguinte função comportamental numa situação de certeza:

$$x(t) \equiv X[s(t), s(t+1), \dots, s(t+n)],$$

onde  $x(t) \equiv$  variável de decisão determinada em  $t$ , e  $s(t) \equiv$  estado do mundo no período  $t$ .

Supondo que o agente não tenha previsão perfeita, a função acima toma a seguinte forma, sob a abordagem padrão da expectativa racional:

$$x(t) = X[s^e(T)],$$

onde  $s^e(t) \equiv$  expectativa racional de  $s(t)$  e  $s^e(T) \equiv s^e(t), s^e(t+1), \dots, s^e(t+n)$ .

Supondo agora uma situação de incerteza no sentido Knight/Lucas, como a função comportamental é afetada? A solução delineada pelo autor parte da seguinte proposição, denominada por *hipótese de incerteza keynesiana* (HIK): "a propensão de agir sobre uma expectativa depende da credibilidade da expectativa, onde a credibilidade reflete a avaliação da adequabilidade da informação disponível pelo agente" (ibid., 335). Credibilidade deriva do peso do argumento e do estado de confiança, sendo alta em situações de risco e baixa, quando há incerteza. No primeiro caso, probabilidades são frequências relativas com distribuições bem definidas; no segundo, a informação é incompleta, envolvendo distribuições de probabilidade mal definidas. Conseqüentemente, probabilidades são graus de crença (teoria lógica de probabilidade), ao invés de frequências relativas, implicando que os agentes não podem agir segundo a média, variância e momentos superiores da distribuição de probabilidade. Desta forma, sob a HIK:

$$x(t) = X[s^e(T), \delta(T)],$$

onde  $\delta(T) \equiv$  a credibilidade de  $s^e(T)$ .

Para o autor, a função comportamental acima é mais geral, na medida em que a hipótese das expectativas racionais assume que os agentes têm completa credibilidade em suas expectativas. Porém, como reconhece o autor, o conceito de credibilidade dá margem a uma série de questões. Por exemplo: como ela é medida? O que determina a credibilidade de uma expectativa? Sob que condições ela é um determinante significativo à expectativa? Mas isto não invalida, observa o autor, que a HIK seja uma linha fértil de pesquisa, pois



"A introdução dos efeitos de credibilidade tem consequências metodológicas importantes. Como reconheceu Keynes, os efeitos de credibilidade não são manejáveis por um tratamento puramente formal. Métodos de análise comportamental/realístico são requeridos nos modelos baseados em premissas realistas (ibid., 336).

## 1.4 Considerações Finais

Nesta primeira parte do capítulo, buscamos examinar diferentes concepções e interpretações de incerteza e expectativa na análise econômica, seguindo, em grande medida, a abordagem de Lawson (1988), que propôs uma taxionomia relacionando probabilidade a conhecimento. Evidentemente, continua em aberto uma questão crucial: expectativas racionais e a análise de Keynes são teorias plausíveis de formação de expectativas? O que podemos claramente identificar até aqui são duas visões gerais e opostas. Para os proponentes das expectativas racionais, embora Keynes tenha incorporado as expectativas em sua análise, faltou-lhe o aparato técnico para desenvolver suas idéias de maneira rigorosa. Begg (1983: 18), por exemplo, diz que Keynes, ao prever dificuldades na elaboração de uma teoria de revisão endógena de expectativas, adotou uma posição simplificadora, tratando-as como exógenas. Para os pós-keynesianos, como Davidson e Lawson, a HER "não é uma teoria geral de formação de expectativas, sendo uma falsa analogia à descrição de tomada de decisão crucial dos empresários" (Davidson, 1982-83).

A inclusão de expectativa em qualquer que seja a perspectiva analítica, implica um papel crucial aos processos de tomada de decisão dos agentes. Não é por outra razão que somente após a ação humana ter-se tornado central à explicação de fenômenos sociais, foi a expectativa incorporada à análise econômica. Isto não é tarefa fácil. Entretanto, não é somente uma questão de acomodar, teoricamente, as hipóteses fixadas sobre formação de expectativa - como parecem sugerir os esforços neoclássicos -, mas, principalmente, justificar fundamentos *epistêmicos* daqueles pressupostos. Estas questões subentendem um amplo debate na ciência social acerca de dois tipos de abordagens - individualistas e não-individualistas -, que serão discutidas na próxima seção deste capítulo. Lawson tem razão quando diz que a literatura econômica recente, em grande

medida, estabelece uma conexão entre probabilidade e conhecimento. Mas podemos identificar, nesta mesma literatura, alguma abordagem satisfatória sobre processos cognitivos?

A argumentação de Sheffrin (1983) a este respeito sobre a HER é, digamos assim, circular. Na parte do livro examinada anteriormente, que corresponde à discussão introdutória de conceitos e sua utilização na análise econômica, o autor se vale da afirmação de Lucas como premissa *ad hoc* a seus argumentos. Na sequência do livro, repete a mesma estratégia: explora contribuições da HER na macroeconomia, que serão posteriormente utilizadas para avaliar a própria abordagem das expectativas racionais. Numa observação geral, o autor parece confortável em sua posição positivista: "ao invés de recorrer a argumentos filosóficos para determinar a melhor abordagem à construção de modelos econômicos, um empirista deveria querer examinar qualquer evidência direta disponível sobre as expectativas dos indivíduos" (ibid., 17).

Por sua vez, Lawson (1988, 1995) sente-se incomodado com a atitude, dominante na ciência econômica, de insistir no engajamento com questões práticas e de descartar tópicos filosóficos. Em ambos os textos examinados anteriormente, o autor critica o positivismo, argumentando em prol de uma concepção realista à análise econômica. Numa referência ao agente "realista", o autor diz que "Não pode haver a pressuposição de que os indivíduos têm uma apreensão adequada das estruturas e das condições que facilitam seus atos cotidianos, os quais, através da ação, são reproduzidos. As próprias estruturas podem ser inadequadas ou apenas vagamente apreendidas, o conhecimento pode ser largamente tácito, e os motivos e necessidades determinantes, etc., podem estar mantidos inconscientes" (Lawson, 1995: 83). Da perspectiva realista, conclui o autor, "o objetivo é transformar estruturas visando pôr à disposição uma extensão alternativa de oportunidades e possibilidades humanas, para substituir estruturas que são indesejáveis e restritivas" (ibid., 84). É muito pouco provável que este comportamento *passivo* do agente "realista" tenha sustentação no debate socio-psicológico atual, ou até mesmo compatibilidade com o *animal spirits*. Em relação à análise de Keynes, não há uma teoria de ação humana propriamente dita, mas uma descrição funcional, refinada e coerente, sobre expectativas econômicas.

## 2 Leigos, Expertos e Expectativa Econômica

Num minucioso estudo sobre explicações individualistas e não-individualistas, Bhargava (1992) diz que há muitas maneiras de formular as diferenças entre elas; mas, em última instância, "para os individualistas, as capacidades básicas que transformam um organismo biológico individual num ser humano podem ser alcançadas desconsiderando interações específicas com os outros. Por outro lado, para os não individualistas, o indivíduo biológico é radicalmente incompleto como um ser humano e necessariamente requer tipos específicos de relações sociais para a formação e sustentação daquelas capacidades" (ibid., 11).

A visão individualista ou a doutrina do *individualismo metodológico*<sup>9</sup> (doravante referido como IM) é vista atualmente como tendo três componentes: o *individualismo explanatório* (IE) postula que todo fenômeno social deve ser explicado nos termos dos indivíduos e de suas propriedades; o *individualismo ontológico* (IO) pressupõe que somente os indivíduos e suas propriedades existem, e todas as entidades e propriedades sociais podem ser reduzidamente identificadas; de acordo com o *individualismo semântico* (IS), o significado das palavras relacionadas a entidades sociais, ou frases que contenham predicados sociais, podem ser reduzidos ao significado dos vocábulos, que remetem a entidades ou frases contendo somente predicados individuais.

Com o intuito de trazer alguma ordem na discussão do IM, pois "existe uma ampla concordância no meio acadêmico de que o individualismo metodológico nunca foi enunciado com clareza suficiente que permita sua própria avaliação", Bhargava inicia seu trabalho com uma exposição clara das diferentes ramificações dentro do IM, identificando suas razões e variantes mais importantes. Das cinco versões propostas para o IE, três são classificadas como pertencendo ao *modelo dedutivo-nomológico (D-N)* de explicação. De acordo com o modelo D-N, uma das exigências formais de uma explicação é que a mesma constitua um "argumento, no sentido técnico de ser uma inferência lógica, na qual o enunciado do que é para ser explicado, o *explanandum*, seja deduzido de um conjunto de pelo menos duas premissas, os *explanans*, uma

---

<sup>9</sup> Entre outros, Stuart Mill, Hayek, Schumpeter, economistas neoclássicos, assumem o individualismo metodológico.

das quais consiste das condições iniciais e a outra de uma generalização" (ibid., 22). O adjetivo "dedutivo" é auto-explicativo, e o "nomológico" implica que a generalização deva ser uma lei. As duas outras versões do IE, classificadas como *intencionistas*, não são nem dedutivas nem nomológicas.

O autor propôs duas versões distintas para o IO, onde cada uma tem razões internas próprias. As *razões ontológicas* buscam substanciar o porquê de a doutrina ser individualista, ou seja, porque as explicações individualistas são apropriadas para os fatos sociais. As *razões epistêmicas* estabelecem as credenciais explanatórias da doutrina, mas pouco contribuem para substanciar, porque ela é individualista. Por exemplo: a versão intencionista é enfraquecida quando se mostra que todas as explicações devem ser dedutivas, nomológicas ou ambas. Alguns autores<sup>10</sup> parecem enfatizar que o IM é somente uma doutrina explanatória, e precisa ser distinguida do IO e do IS. Entretanto, seguindo a argumentação de Bhargava, essas distinções são aceitáveis somente dentro de uma estrutura que possui fortes reminiscências positivistas. Para o positivismo, a metodologia científica é identificada ou com a lógica ou com o estudo de técnicas empíricas e, no melhor dos casos, com ambos. Em primeiro lugar, dificilmente a metodologia poderia ser igualada à lógica. "Nenhuma metodologia poderia ser exaurida pelas máximas lógicas da consistência e não-contradição. Assim, se a metodologia contém hipóteses ou pressuposições que vão além das prescrições da lógica formal, então aquelas devem direta ou obliquamente relacionar-se com o mundo. Noutras palavras, devem ter importância ontológica" (ibid., 20). Em segundo lugar, a visão de que a metodologia está relacionada exclusivamente às técnicas empíricas, as quais "não somente dizem-nos a natureza do mundo mas também determinam o significado dos conceitos, tem poucos expoentes contemporâneos. [...] Variáveis experimentais do mundo externo são moldadas, em certa medida, pelos nossos conceitos; não podem evitar descrições que dependem de nossas escolhas conceituais" (ibid., 22).

---

<sup>10</sup> Arrow e Buchanan parecem sugerir posições divergentes a esse respeito. Para Arrow (1994), o IM é apenas uma tese explanatória, onde categorias sociais são sempre necessárias; Buchanan postula que tudo deve e pode ser explanado em termos individuais [Buchanan em Eatwell (1987, v.1, 585)].

Em sua crítica ao IM, o autor aponta problemas graves nas condições impostas à estrutura explanatória das versões acima. Por exemplo: somente em casos muito particulares podemos supor a existência de leis na ciência social, comprometendo assim o modelo D-N. Quanto à perspectiva intencionista, que é a mais plausível segundo o autor, vamos examinar com mais detalhes.

## 2.1 Intencionismo versus Contextualismo

Segundo Bhargava, a visão intencionista pressupõe que a ação deve ser explicada em termos de crenças, havendo três asserções básicas sobre elas: primeiro, que elas existem; segundo, em conformidade com a perspectiva individualista, crenças existem apenas como estados internos dos indivíduos, não estando embutidas em ações ou quaisquer outras práticas; terceiro, que é a característica crucial de um estado intencional, crenças têm, necessariamente, um conteúdo representacional, sendo objetivamente apreendidas através de seu conteúdo lingüístico. Segue-se daí que a compreensão das crenças envolve a apreensão deste conteúdo ou o entendimento do significado das palavras que o expressam.

Tendo como base a teoria dos significados de Putnam, Bhargava contesta a premissa individualista, argumentando que palavras-significados têm caráter irremediavelmente social. Nesta perspectiva, denominada pelo autor de *contextualismo*,

"os conceitos devem ser entendidos em seu contexto social, e *a fortiori* que eles são sociais no sentido de que são somente possíveis e sustentáveis num contexto social. Para o contextualista, conceitos não podem e não existem apenas nas mentes dos indivíduos e apreendê-los não pode ser simplesmente uma questão de perfazer um ato individual. [...] seu compartilhamento não é alguma coisa que acontece contingentemente após eles terem sido formados ou apreendidos. A emergência e persistência dos significados não podem ser explicadas em termos de decisão individual ou conveniência entre indivíduos. [...] A referência do dia a dia é fixada pela prática e conseqüentemente, é uma construção social ao invés de individual" (ibid., 197).

Uma hipótese da teoria de significados mencionada acima, expressa a idéia básica que estaremos discutindo nesta seção. Denominada por hipótese da divisão de trabalho lingüístico, distingue dois grupos de pessoas, *comuns* e *expertos*, caracterizando o significado de um termo segundo a representação sugerida por Bhargava (ibid., 194):

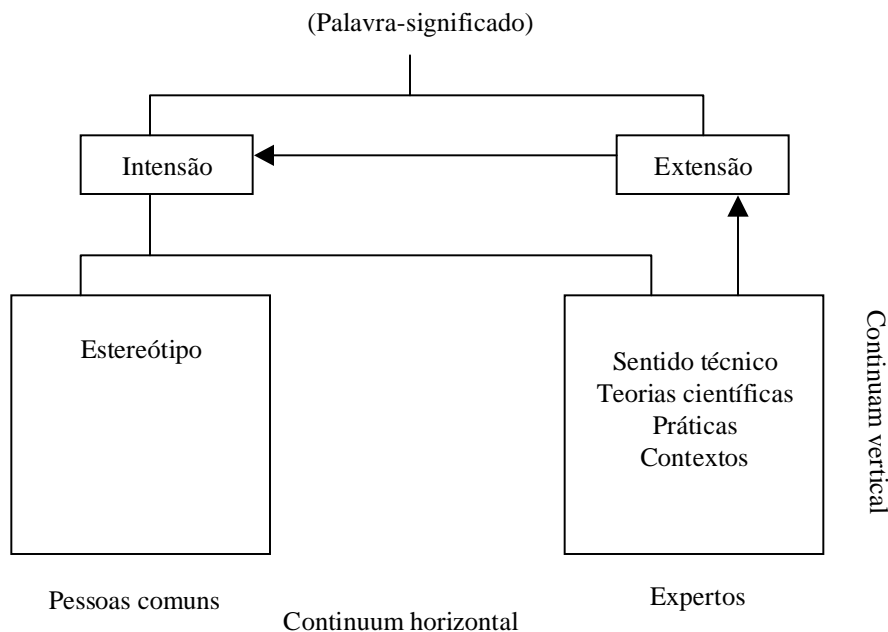


Figura-1

A palavra-significado de um termo tem dois componentes: *intensão* e *extensão*. Intensão é uma propriedade inerente ao termo, que é fixada em todas as coisas que a possuem. A intensão do signo "vermelho" é sua propriedade de avermelhamento. Extensão refere-se à classe de entidades cujo termo se aplica. A extensão do termo "rosas vermelhas" é a classe de todas as rosas vermelhas existentes ou possíveis. Apreender a extensão de um termo não é uma tarefa simples e requer, como observa o autor, que conheçamos o mundo em nossa volta. Há outro aspecto importante apontado pelo autor: quando expertos usam, por exemplo, o termo "inflação", é em seu sentido técnico que eles são esperados exibir, num contexto relevante e compartilhado, certos conhecimentos e habilidades. Mas isto não implica que eles possuam as mesmas qualificações. O know-how técnico "é um bem posicional no sentido de que os benefícios a serem obtidos dele dependem crucialmente de outras pessoas terem certas habilidades complementares" (ibid., 190).

Conforme a figura-1, intensão está subdividida em *estereótipos*, que pertencem às pessoas comuns, e *sentido técnico*, possuído pelos expertos, estabelecendo-se entre ambos um continuum de sentidos. A idéia de estereótipos está associada a fatos essenciais que um indivíduo, numa comunidade lingüística, deve aprender, simplesmente por ser um de seus membros. O estereótipo de água é sua coloração, transparência, função de matar a sede, etc. Mas nem todas pessoas sabem ou precisam saber a composição química da água. Este conhecimento requer sentido técnico que, por sua vez, tem vários níveis, envolvendo diferentes tipos de expertos. Como indicado, os estereótipos, isoladamente, não podem determinar a extensão, mas somente em conjunto com o sentido técnico; além disso, as pessoas comuns vão depender de um canal de comunicação e da autoridade do expertos para tanto. O significado não é exaurido nem por sua intensão nem por sua extensão, mas por ambos, porque o mesmo grupo de indivíduos não possui este significado completamente, estando, ao invés disso, dividido entre eles. "A hipótese da divisão do trabalho lingüístico nos ajuda a ver o significado sob uma nova luz. Somente agora, com o componente social do significado completamente reconhecido, podemos ver porque o significado não é uma entidade psicológica possuída por cada indivíduo. [...] É a cooperação social que é essencial ao compartilhamento, não a presença de um estado psicológico similar" (ibid., 184).

A análise da relação de interdependência entre leigos e especialistas, a exemplo do plano adotado por Bhargava, poderia tomar um caminho metodológico. (Diga-se de passagem: pessoas comuns ou leigas somos todos nós; ninguém consegue ser perito em mais do que uma porção mínima do conhecimento disponível). Entretanto, vamos adotar uma abordagem da teoria sociológica. Não é nosso propósito, aqui, prover um survey sobre inumeráveis teorias que disputam este tema. Ao contrário: vamos focar na idéia da *modernidade reflexiva* elaborada por Anthony Giddens. Modernidade reflexiva, como discutido por Giddens, Ulrich Beck, Scott Lash e outros, é uma tentativa teórica, que visa caracterizar amplas tendências de mudanças sociais no mundo contemporâneo. Numa última observação, creio que Giddens endossaria os pressupostos básicos, listados anteriormente, da abordagem contextualista sugerida por Bhargava.

## 2.2 Modernidade Reflexiva

Antes de iniciarmos a discussão propriamente dita sobre o tema em questão, vamos descrever brevemente alguns elementos da *teoria da estruturação* proposta por Giddens e primeiramente publicada em 1984. Estes fundamentos ser-nos-ão úteis à compreensão da análise que se segue, sobre a tese da modernidade reflexiva.

A teoria da estruturação baseia-se na premissa de que o dualismo de "estrutura" e "agência humana", objetivismo e subjetivismo, enraizado na teoria social, precisa ser reformulado como uma dualidade. Não deve haver predominância da dimensão social nem da experiência do ator individual, mas interação e implicação de uma na constituição da outra, cujo domínio básico são as práticas sociais, continuadas no espaço e tempo. A teoria da estruturação situa, como seu centro, o conceito de prática social, sendo definido através da reformulação dos conceitos de agente, agência, ação, poder, estrutura, sistema e espaço-tempo.

Todos os agentes sabem acerca do que fazem e por que o fazem. Sua cognoscitividade como agentes está largamente contida na *consciência prática*, significando que possuem considerável conhecimento das condições e conseqüências do que fazem em suas vidas cotidianas. Estas ações do dia a dia são rotinizadas e automáticas, sendo a consciência prática uma característica central da vida social. Os agentes também são capazes de descrever, em termos discursivos, quando solicitados, a racionalização de sua ação. Esta *consciência discursiva* significa que o agente pode, explicitamente, expressar uma atividade em relação a um corpo de conhecimento, opinião ou crítica. Uma característica da ação humana, que envolve tanto a consciência prática quanto discursiva, é o *monitoramento reflexivo da ação*: os agentes monitoram rotineiramente tanto o fluxo de suas atividades, e esperam que os outros o façam, quanto os aspectos sociais e físicos dos contextos em que se movem. Há, também, os *motivos inconscientes* da ação, que são importantes, mas não necessariamente acessíveis à consciência.

*Agência* refere-se a fazer: conecta-se à prática. Não é uma série de eventos discretos, mas um fluxo, na medida em que está relacionada à capacidade das pessoas em realizar coisas. Entretanto, é relevante falar de agência somente quando o agente racionaliza e reflete sobre a ação, através da consciência discursiva. Giddens parte da suposição de que o agente humano é



capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção. Isto significa que o agente tem, potencialmente, o *poder* de agir diferentemente. Agir é exercer o poder, envolvendo logicamente o último "no sentido de capacidade transformadora" (Giddens, 2003: 17). *Sistema e estrutura* são distintos. Sistemas são práticas sociais - relações entre agentes ou coletividades - que são reproduzidas ao longo do tempo e espaço, das quais emerge uma padronização das relações sociais. Diferentemente, estrutura é caracterizada pela ausência da agência, constituindo-se de *recursos* e *regras* que os agentes utilizam para a produção e reprodução da vida social. Os primeiros estão envolvidos na geração de poder, manifestando-se quer no domínio humano sobre a natureza (recursos alocativos), quer no domínio de alguns agentes sobre outros (recursos autoritários). Regras subentendem procedimentos metódicos, significados e normas de interação social. Desta forma, estrutura não é algo externo à ação humana, ou análoga "às vigas-mestras de um edifício", mas "traços mnêmicos orientando a conduta dos agentes humanos dotados de capacidade cognitiva" (ibid., 20). Finalmente, a definição chave da teoria da estruturação - *dualidade da estrutura*: as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas sociais" (ibid., 30).

O trabalho de Giddens tem-se concentrado em temas relevantes às sociedades modernas. Numa primeira aproximação, associada a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, modernidade "refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência" (Giddens, 1991: 11). A reflexibilidade do agente, da maneira que foi definida na teoria da estruturação, é uma característica definidora de toda ação humana. Este não é o sentido de "modernidade reflexiva", que está especificamente relacionado à época mais recente, "marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade". Este período é comumente denominado, pelo autor, de alta modernidade, modernidade tardia ou sociedade pós-tradicional.

### ***Reflexibilidade institucional***

Segundo o autor, a principal diferença entre modernidade e formações sociais tradicionais é o dinamismo engendrado por três processos: primeiro, a *separação de tempo e espaço*, tornando possível articular relações sociais através de intervalos indeterminados do espaço/tempo. Processos tecnológicos "encurtam" o tempo e o espaço, criando um ambiente social global, e propiciando um zoneamento temporal e espacial preciso. "A organização social moderna supõe a coordenação precisa das ações de seres humanos fisicamente distantes; o quando destas ações está diretamente conectado ao aonde, mas não, como em épocas pré-modernas, pela mediação do lugar" (Giddens, 2002: 23).

O segundo processo - *desencaixe* - está intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação do espaço e tempo, e significa o descolamento da atividade social dos contextos locais, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais. Há dois mecanismos de desencaixe, fichas simbólicas e sistemas especializados que, tomados em conjunto, são chamados de *sistemas abstratos*. O primeiro, são os meios de troca que criam mediações abstratas entre indivíduos, sendo o dinheiro seu paradigma. "O dinheiro põe entre parênteses o tempo (porque é um meio de crédito) e também o espaço (pois o valor padronizado permite transações entre uma infinidade de indivíduos que nunca se encontraram fisicamente)" (ibid., 24). O segundo se refere a sistemas de conhecimento especializado ou competência profissional - redes de transporte e comunicação, instituições sociais e políticas, mídia, peritos, etc. -, sendo responsáveis pela organização de grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. "Os sistemas especializados põem entre parênteses o tempo e o espaço dispondo de modos de conhecimento técnico que têm validade independente dos praticantes e clientes que fazem uso deles" (ibid., 24). Para o autor, o funcionamento dos sistemas abstratos depende essencialmente da *confiança*. Mas confiança, adverte o autor, não é simplesmente como a crença que resulta de decisões baseadas em inferências indutivas a partir de tendências passadas, ou de alguma experiência passada supostamente relevante para o presente. Confiança está relacionada à "crença em pessoas ou sistemas abstratos, conferida com base em um "ato de fé" que põe entre parênteses a ignorância ou a falta de informação" (ibid., 221).

A terceira influência que caracteriza o dinamismo da modernidade é a *reflexibilidade*, referindo-se "à suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade social, e das relações materiais com a natureza, à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação" (ibid., 26). Como observa o autor, a alteração das práticas sociais à luz de descobertas sucessivas não caracteriza unicamente a modernidade, nem mesmo a adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexibilidade indiscriminada: "os indivíduos devem se acostumar a filtrar todos os tipos de informação relevantes para as situações de suas vidas e atuar rotineiramente com base nesse processo de filtragem" (Giddens, 1996: 15). Esta reflexibilidade, associada ao dinamismo da vida social e "introduzida na própria base da reprodução do sistema", caracteriza a modernidade e foi denominado por Giddens de *reflexibilidade institucional*. A modernização reflexiva tem suas origens nas profundas modificações sociais trazidas pelo impacto da globalização, mudanças na vida cotidiana e pessoal e o surgimento de uma sociedade pós-industrial. "A globalização trata efetivamente da transformação do espaço e do tempo. Eu a defino como *ação a distância*, e relaciono sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte em massa" (Giddens, 1996: 13).

### ***Reflexibilidade do eu***

Giddens enfatiza que globalização não significa apenas o desenvolvimento de vastas redes econômicas, políticas e culturais. Atividades e experiências, locais e pessoais, são profundamente moldadas pelos processos constitutivos de globalização. A vida cotidiana é crescentemente relacionada a eventos que acontecem globalmente, e cada vez mais, mediada pelos sistemas de comunicações remotas. "A globalização não é o mesmo que o desenvolvimento de um 'sistema mundial', e não está simplesmente 'aí fora' - tendo a ver com influências de grande alcance. Ela é também um fenômeno 'aqui dentro', diretamente ligado às circunstâncias da vida local" (ibid., 96). Milhões de comunidades, unificadas pelos costumes, crenças e práticas, transcendem os territórios do sistema de estados-nação; religião é um exemplo, assim como comunidades virtuais mediadas pela Internet.

Segundo o autor, é crucial à sociedade contemporânea que tradições tenham sido questionadas, problematizadas, pois dificilmente poderiam perdurar ações sociais baseadas somente na tradição. Reflexibilidade significa questionamento e subversão da tradição, implicando que esta não pode mais prover um conjunto firme de normas e crenças que sejam usadas para criar confiança. A sociedade pós-tradicional é uma sociedade em que as convenções sociais são ativas e conscientemente criadas e renegociadas, ao invés de dadas, aceitas e inerentemente autoritárias. Mas isto requer uma consideração reflexiva, rompendo com o inquestionável status das premissas da tradição, que são transmitidas como verdades através de rituais. Numa "sociedade globalizante, culturalmente cosmopolita, as tradições são colocadas a descoberto: é preciso oferecer-lhes razões ou justificativas" (Giddens, 1996: 14). Nesse sentido, tradição torna-se *destradicionalizada*. Destradicionalização não vincula o desaparecimento da tradição, mas sua incorporação reflexiva na sociedade moderna.

Para Giddens, a sociedade pós-tradicional é criada e reproduzida na prática social - isto é, em interações recíprocas entre ações dos indivíduos e instituições sociais. Instituições sociais e estruturas são os meios e fins das ações dos agentes. Conseqüentemente, a globalização das instituições é somente uma dimensão da problemática da modernidade. Outro aspecto relaciona-se às transformações da vida cotidiana e às modificações da intimidade e personalidade que este processo engendra. Além da reflexibilidade institucional, há que se considerar a *reflexibilidade do eu*:

"As influências globalizadoras tendem a esvaziar os contextos locais de ação, que têm de ser reflexivamente reordenados por aqueles que foram afetados - embora esses reordenamentos, por sua vez, também afetem a globalização.[...] O self torna-se um projeto reflexivo [...] Os indivíduos não podem se contentar com uma identidade que é simplesmente legada, herdada, ou construída em um status tradicional. A identidade de uma pessoa necessita, em grande parte, ser descoberta, construída, sustentada ativamente" (ibid., 97).

"A reflexibilidade do eu é contínua, e tudo penetra. A cada momento, ou pelo menos a intervalos regulares, o indivíduo é instado a auto-interrogar-se em termos do que está acontecendo" (Giddens, 2002: 75).

Nas condições de modernidade, os sistemas abstratos, entendidos como mecanismos de desencaixe, permeiam todos os aspectos da vida social, tornando inevitável que a apropriação regular de conhecimento especializado substitua a tradição. Seja uma nova dieta alimentar, recomendações de investimento, mapeamento de DNA e tantas outras, "a informação produzida por especialistas (incluindo o conhecimento científico) não pode mais ser totalmente confinada a grupos específicos, mas passa a ser interpretada rotineiramente e a ser influenciada por indivíduos leigos no decorrer de suas ações cotidianas" (Giddens, 1996: 15). Evidentemente, há inumeráveis formas de conhecimento diferenciado e todos os tipos se apoiam sobre a divisão de trabalho especializado. Além disso, qualquer especialista detém uma parte ínfima do conhecimento e habilidade disponíveis, sendo, em última instância, um leigo em relação ao conjunto de possibilidades. Sobre o impacto destes sistemas abstratos em nossa vida, Giddens nos diz que:

"As mudanças revolucionárias de nosso tempo não estão acontecendo tanto no domínio da política ortodoxa quanto ao longo das fissuras da interação entre as transformações locais e globais" (ibid., 111)

Para os proponentes da modernidade reflexiva, a modernidade não é somente uma sociedade do conhecimento, mas, também, uma sociedade de risco. É duvidosa, segundo Giddens, a visão iluminista de que a crescente informação sobre os mundos social e natural traria um controle cada vez maior sobre eles. Isto não quer dizer que a vida social presente é inerentemente mais arriscada que antes, mas relaciona-se a como tanto os leigos quanto os especialistas organizam o mundo social. Se é verdade que a modernidade reduz o risco geral de certas áreas (saúde, habitação, transporte, etc.), também introduz, dado o caráter globalizado dos sistemas sociais, outros tipos de risco jamais imaginados (guerras maciçamente destrutivas, catástrofes ecológicas, colapso econômico global, etc.). Se, por um lado, a modernidade é

constituída por e através de conhecimento reflexivamente aplicado, por outro, a vida tornou-se muito mais aberta e contingente:

"Em condições de modernidade, o mundo social nunca pode formar um meio ambiente estável em termos de entrada de conhecimento novo sobre seu caráter e funcionamento. O conhecimento novo (conceitos, teorias, descobertas) não torna simplesmente o mundo social mais transparente, mas altera sua natureza, projetando-a para novas direções" (Giddens, 1991: 153).

Como recorrentemente observamos, a maioria das áreas da atividade social vêm sendo governadas por decisões que requerem algum tipo de conhecimento especializado. Isto poderia, a princípio, intensificar a dependência do conhecimento perito sobre novas opções de escolha que se abrem. Mas

"Esta desqualificação não é simplesmente um processo em que especialistas técnicos se apropriam do conhecimento cotidiano (uma vez que muitas vezes há características imponderáveis ou ardentemente disputadas em seus campos de especialização); e nem é um processo unidirecional, porque a informação especializada, como parte da reflexibilidade da modernidade, é de uma forma ou de outra constantemente apropriada pelos leigos" (Giddens, 2002: 27).

### ***Mídia***

Para Giddens, os processos fundamentais que caracterizam a modernidade - distanciamento do tempo e espaço, desencaixe e reflexibilidade -, estão diretamente envolvidos com o imenso aumento na mediação da experiência humana, propiciada pela mídia. Na longa sequência até a mídia eletrônica global dos dias de hoje, recordemos que os primeiros livros eram feitos a mão, sobrevivendo a invenção de Gutenberg, o telégrafo, o telefone, rádio, televisão, etc.. A prevalência da experiência transmitida através da mídia, observa o autor (ibid., 82), é uma das influências marcantes da pluralidade de escolhas que confronta os indivíduos no contexto da modernidade. Por um lado, a justaposição de um grande número de ambientes segue na direção

da diversificação e fragmentação; por outro, na superação de barreiras. "Como resultado, a ligação tradicional entre ambiente físico e situação social foi solapada; situações sociais que vêm pela mídia constroem novas semelhanças - e diferenças - entre formas pré-construídas da experiência social" (ibid., 83)

Em sua abordagem sociológica da mídia, Thompson (2002) argumenta que a experiência canalizada pelos meios de comunicação, desde seus primórdios, tem influenciado tanto a formação do "eu"<sup>11</sup> quanto as relações sociais, sendo este desenvolvimento parte integral do surgimento das sociedades modernas. Como um tipo distinto de atividade social, os meios de comunicação se relacionam com "a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas" (ibid., 25). Reprodução e transmissão referem-se aos meios técnicos, destacando-se os seguintes atributos: um certo grau de fixação, de reprodução e de distanciamento espaço-temporal da forma simbólica. Esta dimensão simbólica quer dizer que são materiais significativos em relação aos contextos sociais práticos, para os indivíduos que os produzem e os recebem.

Modernidade é inseparável do *caráter mundano da atividade receptiva*: a recepção dos produtos da mídia deveria ser vista "como uma atividade de rotina, no sentido de que é uma parte integrante das atividades constitutivas da vida diária" (ibid., 43). Além de ser uma atividade situada e de rotina, observa o autor, a recepção é uma realização especializada, e vai depender de habilidades e competências, que são extremamente diversas entre os indivíduos. Thompson associa a recepção dos produtos da mídia a um processo hermenêutico. Nesta perspectiva,

Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida - um processo que algumas vezes acontece sem esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação. É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que a vivemos; contextos e circunstâncias que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida" (ibid., 45).

---

<sup>11</sup>Para o autor, o eu não é visto como um produto ou idealização de sistemas simbólicos que o precedem, mas um projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente, "tecendo uma narrativa coerente da própria identidade" (ibid., 183).

Ao analisar os efeitos que os meios de comunicação produzem na vida das pessoas, o autor toma, como ponto de partida, uma visão aderente à modernidade reflexiva em relação à natureza do eu e à experiência cotidiana num mundo mediado. Nas sociedades modernas, o processo de formação do eu se torna mais reflexivo e mais depende dos próprios indivíduos na construção de suas identidades. A interação mediada entre conhecimento local e "conhecimento não local" não destrói a conexão entre a formação do eu e o local compartilhado, na medida em que o processo de apropriação está sujeito aos interesses, habilidades e recursos dos receptores. Por outro lado, observa o autor, a formação do eu torna-se mais e mais dependente do acesso às formas mediadas de comunicação, tendo um impacto profundo no processo de autoformação: "O conhecimento técnico é gradualmente separado das relações de poder estabelecidas pela interação face a face, [...] Os horizontes de compreensão dos indivíduos se alargam; [...] A mídia se torna, nos termos de Lerner, um multiplicador da mobilidade" (ibid., 184).

\* \* \*

Como observamos anteriormente, para os proponentes da modernidade reflexiva, a modernidade não é somente uma sociedade do conhecimento mas, também, uma sociedade de risco. De maneira análoga, para Thompson, a relação entre o desenvolvimento da mídia e a organização reflexiva do eu tem aspectos negativos importantes. Em ambos os casos, modernidade implica novas opções; mas também novas responsabilidades. Sob vários ângulos, estes tópicos são extremamente relevantes; inclusive ao tema deste trabalho. Estas questões, digamos assim, normativas, serão tratadas na terceira parte desta tese.

## 2.3 Dimensão Social de Conhecimento e Crença

Para Giddens, a vida social é constituída através da prática social, e sua grande ambição, ao formular a teoria da estruturação, foi justamente defini-la, enraizando-a nos conceitos de



agente, agência, estrutura, etc.,: i) todo agente tem cognoscitividade e reflexibilidade, manifestando-se principalmente na consciência prática; ii) a maioria das práticas diárias não são diretamente motivadas, mas práticas rotinizadas; iii) o agente tem, potencialmente, capacidade transformadora (poder); iv) agência refere-se a fazer; v) as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas sociais; vi) estrutura não deve ser equiparada a restrição, mas é, sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora. Assim, o grande volume de conhecimento dos agentes é, em sua maioria, de caráter mais prático do que teórico; além disso, "não faz sentido tratar a consciência prática como exaustivamente constituída por convicções ou crenças propositivas,[...] A cognoscitividade incorporada às atividades práticas que constituem a maior parte da vida cotidiana, é uma característica constitutiva (juntamente com o poder) do mundo social" (Giddens, 2003: 106). Noutros termos: grande parte do conhecimento é *social*, pressupondo e sendo adquirido, pelos agentes, através da prática; *ipso facto*, as crenças. Da mesma forma as expectativas, entendidas como crenças sobre acontecimentos futuros.

Embora seja sua base necessária, a monitoração reflexiva da ação não explica a relação entre modernidade e reflexibilidade. O desdobramento regular e constante de conhecimento como uma condição à agência humana, é uma característica única da modernidade. As práticas sociais são práticas reflexivas, continuamente examinadas e modificadas à luz de novo conhecimento e informação, trazendo certas particularidades à dimensão social de conhecimento e crença. Há crescente interconexão e tensão entre conhecimento leigo e conhecimento especializado. De um lado, a proliferação e estreitamento das áreas de especializações tornam, cada vez menor, em termos relativos, o campo de competência de qualquer indivíduo. Todos nós somos leigos e crescentemente dependentes de expertos e sistemas especializados. De outro, a acessibilidade das habilidades e informações especializadas "está em princípio disponível para qualquer um, desde que tenha os recursos, tempo e energia para adquiri-la" (Giddens, 2002: 35).

Para Giddens, o funcionamento de sistemas especializados depende essencialmente da confiança, vista como crença, no sentido de um "ato de fé", na credibilidade de uma pessoa ou sistema e, via de regra, rotineiramente incorporada à continuidade das atividades cotidianas. Não são decisões de foro íntimo quando seguimos algum tratamento médico, assumimos a existência de outras galáxias (quem já viu?) ou que a inflação vai diminuir (quem já calculou?). Entretanto,

confiança "é muito menos um salto para o compromisso do que uma aceitação tácita de circunstâncias, nas quais outras alternativas estão amplamente descartadas."; mas isto não significa passividade e, sim, "uma questão de cálculo de vantagem e risco"(Giddens, 1991: 88, 93). Outra particularidade da dimensão social de conhecimento e crença na modernidade, é o papel central exercido pela mídia na mediação da experiência humana. Numa escala cada vez mais global e instantânea, os meios de comunicação criam novas formas de ação e interação, deslocando as relações sociais de contextos locais. Nesta perspectiva, a apropriação de conhecimento especializado se realiza, em grande medida, separada das relações estabelecidas pela interação face a face.

Assuntos econômicos tendem, cada vez mais, a se alargar na consciência prática. Se, por um lado, atividades de rotina, como ter conta bancária, fazer aplicações financeiras, contrair empréstimos e financiamentos, etc., subentendem um domínio prático por parte dos leigos acerca dos conceitos econômicos de "capital", "juros" e "investimentos", outros temas, que até muito recentemente eram de interesse exclusivo de especialistas, vão se incorporando à vida cotidiana de todos nós. Isto é parte do sentido básico da reflexividade: nunca podemos estar seguros que determinado conhecimento não será revisado. Na medida em que o ambiente econômico está constantemente sendo alterado e novas experiências vão sendo acumuladas, vai-se reformulando o "discurso econômico". Quem não se lembra do Consenso de Washington? A duras penas vamos aprendendo e reaprendendo "por que não existe almoço grátis". Políticas equivocadas de subsídios são provavelmente as lições mais amargas. Em relação às expectativas econômicas, há uma gama de variáveis comumente analisadas. Entre as mais tradicionais, estão os índices de desemprego, inflação e renda. A relevância e interdependência de indicadores macroeconômicos, estabelecidas na consciência prática, vão depender do contexto; mas estão sempre ancoradas num discurso econômico. Relevância implica maior visibilidade e interdependência, sinaliza ações e conseqüências. Numa política de meta de inflação, a expectativa desta variável é evidentemente crucial. Se a projeção é de alta, um determinado esquema de raciocínio poderia sinalizar aumento de juros e, também como resultado, elevação de desemprego. Finalmente, observamos que discurso econômico é inseparável de conhecimento especializado, que se forma em torno de uma

rede de expertos, com diferentes habilidades e ocupações, compartilhando métodos e informações relevantes.

Concluindo, sugerimos que: 1) expectativa econômica é um conhecimento construído a partir da consciência discursiva de expertos; 2) é rotineiramente incorporada, pelos leigos, ainda que de maneira diferenciada, à consciência prática; 3) em grande medida, esta apropriação se dá através da mídia.

\* \* \*

Vamos exemplificar a permeação do discurso econômico na vida cotidiana, examinando trechos do pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva - que, nesta época, enfrentava queda em sua popularidade - em Rede de Rádio e TV, no dia 21/05/2004.

"Viagens como esta [China] consolidam o grande avanço que o Brasil está conseguindo no comércio exterior. Um pilar fundamental, para equilibrar, de forma definitiva, as contas do nosso país.

[...] Todos nós assistimos, no final de 2002, à subida da inflação e à redução que ela provocou na renda dos nossos trabalhadores. Por isso, a nossa prioridade era reduzir a inflação, para estancar a queda do salário real e garantir o ajuste das contas públicas, viabilizando a queda dos juros e a retomada do desenvolvimento.

[...] Deus sabe como foi difícil, para mim, não dar, já agora, um aumento maior para o salário mínimo. Mas eu não podia fazer isso nesse momento. O orçamento da Previdência não suportaria, e isso poderia comprometer todo o esforço já feito até agora.

[...] Mas, certamente, vocês já perceberam que as coisas estão mudando, e que o crescimento econômico do Brasil já começa a acontecer. Os dados divulgados pelo IBGE e por toda a imprensa, nos últimos dias, não deixam margem a dúvidas. Estamos no caminho certo.[cita dados de vários jornais]

[...] Temos, hoje, um sólido comércio exterior e uma ampla agenda de desenvolvimento, que inclui o aumento das exportações, as reformas institucionais, o barateamento do crédito popular, a política industrial e tecnológica, as parcerias público-privadas e novas políticas para setores vitais, como saneamento básico, o setor elétrico, a construção civil, entre várias outras".

O surpreendente, neste discurso, é que, a despeito de sua preferência e habilidade como comunicador, que são quase sempre orientadas por motivos de forte impacto no grande público, o presidente se rendeu à capacidade reflexiva da população. O cidadão se interessa pelo que está acontecendo em sua volta, se informa regularmente e reflete sobre temas de interesse geral. O pronunciamento acima é, antes de mais nada, uma "aula de economia." Não é uma referência pontual à inflação e ao crescimento econômico, mas está permeado por conceitos e relações sofisticadas. Entre outras: inflação provoca redução do salário real; ajuste de contas públicas viabiliza a queda de juros, o que favorece o crescimento; abertura comercial, reformas institucionais, investimento, crédito, planejamento estratégico, são tópicos essenciais ao desenvolvimento econômico.

## 2.4 Considerações finais

Vamos retomar a discussão de expectativas na análise econômica feita na seção I.1.4, tendo em vista a conclusão de que expectativa econômica resulta do processo de apropriação de conhecimento especializado. Observemos que esta conclusão deriva de uma abordagem sociológica, sendo, evidentemente, uma interpretação de uma teoria particular (modernidade reflexiva). De maneira direta, argumentamos que, sociologicamente falando, é assim que acontece. Isto subentende uma diferença fundamental da perspectiva realista de Lawson e Davidson. A questão não é se expectativa corresponde a priori ou a posteriori à descrição de mundo real, mas que ela resulta da *construção* de um conhecimento social.

Na comunidade científica como um todo, diferentes grupos de especialistas disputam diferentes abordagens; além disso, teoria e observação nunca coincidirão inteiramente, havendo sempre anomalias em qualquer esquema teórico. Se seguíssemos a idéia de ciência normal

proposta por Kuhn, - de que há sempre um paradigma teórico dominante, canalizando grande parte do esforço científico voltado à solução das discrepâncias entre teoria e evidência -, este seria, sem dúvida, o *status quo* das expectativas racionais. Nesta perspectiva, e considerando que expectativa econômica resulta do processo de apropriação de conhecimento especializado, poderíamos dizer que a HER coincide, a grosso modo, com as hipóteses dos expertos? A princípio, não há objeção neste pressuposto ao esquema que propusemos. De certa forma, até facilitaria o desenvolvimento de um arcabouço analítico, na medida em que o "lado do especialista" estaria resolvido. Também, em nada mudaria nossa conclusão, se as hipóteses dos expertos fossem adaptivas, ou um misto destas com a HER. A incompatibilidade relevante está do "lado do leigo". Como mencionamos anteriormente, a apropriação é diferenciada e depende de habilidades, competências, interesses e recursos que são extremamente diversos entre os indivíduos. A idéia de agente representativo, ou qual agente não é economista, tem sido objeto freqüente no debate. Vamos examiná-la, considerando a hipótese da divisão do trabalho lingüístico discutida em I.2.1.

Como mencionamos anteriormente, esta hipótese implica uma conclusão da maior importância: somente a comunidade como um todo possui o significado completo do termo. Uma consequência desse resultado é que pode haver divergências reais ou potenciais entre crenças mantidas por um indivíduo sobre coisas de seu interesse e o significado de termos. Esta divergência, aponta Bhargava (1992:195), pode ocorrer em três níveis: primeiro, mesmo que a comunidade de expertos como um todo saiba a extensão relevante de um assunto ou termo, nenhum indivíduo isoladamente pode conhecer completamente seu sentido técnico; em segundo, crenças de pessoas comuns podem ser inteiramente distintas daquelas mantidas pelos expertos, numa correspondência tênue com o sentido técnico; por último, membros de uma comunidade podem não saber um componente importante do significado de um termo e, mesmo assim, não serem impedidos de usá-lo. Desta forma, crenças podem ter um significado sem que as pessoas estejam cientes dele.

Traduzindo as considerações acima num exercício sobre expectativas: podemos imaginar uma situação onde as expectativas de expertos apontem para um aumento de inflação, embora muitas pessoas ainda não tenham apropriado esta informação; outras podem tê-la incorporado,

mas não sabem suas implicações, etc.. Numa analogia à hipótese da divisão do trabalho lingüístico, afirmamos que há um continuum de expectativas entre leigos e expertos, e somente a comunidade como um todo possui a expectativa completa de uma variável. Como corolário, expectativas não são agregáveis.

Em grande medida, nossa análise sobre formação de expectativa é compatível com a análise de Keynes. Vejamos nossa conclusão: 1) expectativa econômica é conhecimento construído a partir da consciência discursiva de expertos; 2) é rotineiramente incorporada pelos leigos, ainda que de maneira diferenciada, à consciência prática; 3) na maioria das vezes, esta apropriação se dá através da mídia. As duas primeiras proposições são facilmente identificadas em Keynes. A discussão do autor está centrada na formação de expectativa do empresário, que tem, ele próprio, qualidades de especialista. Mas quando reconhece que seu julgamento é sem valor (incerteza, no plano individual), busca se "direcionar ao julgamento do resto do mundo, que é, talvez, melhor informado [convenção" (Keynes, 1937: 214). Outro aspecto é o estado de confiança, refletindo a avaliação do empresário sobre a evidência disponível. De maneira análoga aos princípios básicos descritos na modernidade reflexiva, confiança é "uma questão de cálculo de vantagem e risco" (Giddens, 1991: 88). O empresário keynesiano revisa rotineiramente suas expectativas, tendo em vista as reavaliações dos investimentos existentes na bolsa de valores. São expectativas individuais, fundamentalmente heterogêneas e não agregáveis (Hoover, 1997: 223). Esta prática não se restringe à bolsa de valores local, mas às principais do resto do mundo. Isto requer meios de comunicação, embora seja necessário ponderar que modernidade reflexiva se aplica, com muito menos intensidade, à época em que o autor escreveu a *Teoria Geral*. A intensificação da globalização, com o surgimento da comunicação global e instantânea e do transporte em massa, trouxeram transformações nos planos institucional e individual, inimagináveis desde então. Enfim, são diferenças de grau, não de conteúdo.

## Conclusão

O principal objetivo deste capítulo foi identificar fundamentos plausíveis a uma teoria de formação da expectativa econômica. Embora seja central às preocupações dos agentes nos dias de hoje, a inclusão de expectativas na análise econômica é relativamente nova. Keynes é o principal precursor desta introdução e, mais recentemente, as expectativas racionais tornaram-se a abordagem dominante. Estes tópicos foram discutidos na primeira parte, observando que expectativa refere-se a futuro incerto. Primeiro, exploramos diferentes noções de incerteza que, quase sempre, estão relacionadas a uma interpretação particular de probabilidade; na sequência, examinamos a análise de expectativa em Keynes, e a hipótese das expectativas racionais. Argumentamos que a incorporação de expectativa, numa perspectiva analítica, envolve, principalmente, um desafio epistêmico. Num extremo, os esforços de pesquisa na HER têm-se concentrado em questões teóricas relativas ao próprio poder explanatório desta hipótese. No outro, a visão realista pós-keynesiana erra o alvo: expectativa não é conhecimento individualmente construído, mas socialmente.

Na segunda parte buscamos perseguir o alvo sugerido. Iniciamos identificando o debate em torno de duas visões opostas de abordagem social: individualista e não-individualista. Utilizando os argumentos de Bhargava (1992), exploramos o resultado de que o significado de um termo é socialmente distribuído, tendo uma relação constitutiva com a prática social. Esta conclusão, em princípio, enfraquece a tese do individualismo metodológico. O caráter irremediavelmente social do significado pressupõe uma relação de interdependência entre leigos e expertos. Sob a perspectiva de uma teoria sociológica - a tese da modernidade reflexiva desenvolvida por Giddens - examinamos aquela relação. Concluímos que expectativa econômica resulta do processo de apropriação de conhecimento especializado, sendo, em grande extensão, mediado através da mídia.

## Bibliografia

- ARROW(1994), K. J. "Methodological Individualism and Social Knowledge". In: *AEA Papers Proceedings*, may, p. 1-9.
- BARNETT, W., GANDOLFO, G., HILLINGER, C. (1996, eds.). *Dynamic disequilibrium modeling: theory and applications*. Cambridge University Press.
- BEGG, D.K.H.(1983) *The rational expectations revolution on macroeconomics*. The Johns Hopkins University Press.
- CARROLL, C.D.(2003) "Macroeconomic Expectations of Households and Professional Forecasters". In: *Quarterly Journal of Economics*, vol. 118, n. 1, February.
- CHICK, V.(1993). *Macroeconomia após Keynes*. Trad. Jefferson C. Boechat e Daniel Camarinha. São Paulo: Editora Forense Universitária.
- DAVIDSON, P. (1978). *Money and the real world*. London: Macmillan.
- \_\_\_\_\_(1982-3). "Rational expectations: a fallacious foundation for studying crucial decision-making processes." *Journal of Post-Keynesian Economics*. 5: 182-198.
- \_\_\_\_\_(1991). "Is Probability Theory Relevant for Uncertainty? A Post Keynesian Perspective". *Journal of Economic Perspective*. 5: 129-143.
- \_\_\_\_\_(1995). "Uncertainty in economics" in DOW, S. and HILLARD, J.(eds.), *Keynes, Knowledge and Uncertainty*, Aldershot, Edward Elgar.
- DOW, S. "Uncertainty about uncertainty" in Dow, S. and Hillard, J.(eds.), *Keynes, Knowledge and Uncertainty*, Aldershot, Edward Elgar.
- ELSTER, J.(1993) *Ulysses and the sirens*. Cambridge University Press.
- GARELLO, P.(1996) "Uncertainty and subjectivism: the role of uncertainty in the Austrian School" in SCHMIDT, C. (ed.), *Uncertainty in Economic Thought*, Aldershot, Elgar.
- GIDDENS, A. (1991) *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- \_\_\_\_\_(1996) *Para além da Esquerda e da Direita*. Trad. Alvaro Hattnher. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- \_\_\_\_\_(2002) *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_(2003) *A constituição da sociedade*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- GERRARD, B.(1995). "Probability, uncertainty and behavior: a Keynesian perspective" in DOW, S. and HILLARD, J.(eds.), *Keynes, Knowledge and Uncertainty*, Aldershot, Edward Elgar.
- \_\_\_\_\_(1994) "Beyond Rational Expectations: A Constructive Interpretation of Keynes's Analysis of Behavior Under Uncertainty." *The Economic Journal*, Vol. 104, No. 423(March), 327-337.



- HOOVER, K.D.(1997). "Is there a place for rational expectations in Keynes's General Theory? in HARCOURT, G.C., RIACH, P.A.(eds.) *A "second edition" of The General Theory*, Vol. 1, Routledge.
- KEYNES(1937). "The general theory of employment." *Quarterly journal of economics*. February , 51, 209-223.
- \_\_\_\_\_(1985) *A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo, Nova Cultural.
- LAWSON, T. (1988). "Probability and Uncertainty in Economic Analysis." *Journal of Post-Keynesian Economics*. 11: 38-65.
- \_\_\_\_\_(1993). "Keynes and Conventions". *Review of Social Economy*, 174-201.
- \_\_\_\_\_(1995). Economics and expectations in DOW, S. and HILLARD, J.(eds.), *Keynes, Knowledge and Uncertainty*, Aldershot, Edward Elgar.
- LEAR, J.(2001). *Happiness, Death, and the Remainder of Life*. Harvard University Press.
- LEIJONHUFVUD, A.(1983) "What would Keynes have thought of rational expectations?" In:WORSWICK, D., TREVITHICK, J. (Ed.). *Keynes and the modern world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MORGAN, M. S.(1995). *The history of econometric ideas*. Cambridge: Cambridge University Press
- MUTH, J.F.(1961) "Rational expectations and theory of price movements." *Econometrica*, July, 29, 315-335.
- HACKING, I.(1975) *The Emergence of Probability*, Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_(1987) "Probability" in EATWELL, J., M. MILGATE,M., NEWMAN, P. (eds.). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. Vol. 3. London: The Macmillan Press Limited.
- PERLMAN, M., McCann, C. R. J.(1996). " Varieties of uncertainty" in SCHMIDT, C. (ed.), *Uncertainty in Economic Thought*, Aldershot, Elgar.
- ROSENBERG, A.(1980) "Obstacles to the nomological connection of reasons and actions." In *Philosophy of Social Science*, 10, p. 79-91.
- RUNDE, J.(1995). Risk, uncertainty and Bayesian decision theory: a Keynesian view, in DOW, S. and HILLARD, J.(eds.), *Keynes, Knowledge and Uncertainty*, Aldershot, Edward Elgar.
- RUTHERFORD, M.(1984) "Rational expectations and Keynesian uncertainty: a critique." *Journal of Post Keynesian Economics*, v.6, n.3, Spring .
- SCHMIDT, C.(1996), "Introduction: What is certainty in economic uncertainties?" in SCHMIDT, C. (ed.), *Uncertainty in Economic Thought*, Aldershot, Elgar.
- SHEFFRIN, S.M.(1983) *Rational Expectations*. Cambridge University Press.
- THOMPSON, J.B.(2002). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Editora Vozes.
- WILLIAMS, B.(1985). *Ethics and the limits of philosophy*. Harvard University Press